

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG(FN) RICARDO HENRIQUE SANTOS DO PILAR

EMPREGO DA MARINHA DO BRASIL EM CATÁSTROFES NATURAIS

EM APOIO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Rio de Janeiro

2011

C-PEM 2011

EMPREGO DA MARINHA DO BRASIL EM CATÁSTROFES NATURAIS

EM APOIO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (FN-RM1) José Cláudio da Costa Oliveira.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2011

RESUMO

O mundo vem passando por grandes transformações, onde a nova ordem mundial traz consigo um cenário de novas ameaças. Dentre estas ameaças, devido ao aumento da frequência da ocorrência e da intensidade de seus efeitos, a catástrofe natural apresenta-se com maior probabilidade de concretizar-se. O sofrimento humano como consequência desta ameaça impulsiona os países e as organizações internacionais a buscarem coordenação e cooperação, com o propósito de obter sinergia nas ações desenvolvidas no decorrer de uma ajuda humanitária. Nesta situação, o Brasil em sua política externa aspira ser um *global player*, representando os interesses dos países em seu entorno estratégico, principalmente, na região da América do Sul. Para tanto, a fim de respaldar a política externa brasileira, o Brasil deverá possuir forças armadas (FA) com capacidade física de operar no espaço geográfico delimitado pelo entorno estratégico, em especial realizando operações humanitárias (OpHum). Neste contexto, a presente monografia está estruturada em seis capítulos, onde no primeiro capítulo é feita uma rápida introdução sobre o emprego da Marinha do Brasil (MB) em catástrofes naturais em apoio à política externa brasileira. No segundo capítulo é feita uma abordagem procurando interpretar a política externa brasileira, para depois definir o entorno estratégico brasileiro do interesse da defesa. No terceiro capítulo é apresentada uma definição de assistência humanitária e como as organizações internacionais, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), procuram coordenar as ações de seus Estados-membros. Quando foi enfatizada a importância da participação das FA devido sua capacidade de comando e controle, apoio logístico e a rapidez de resposta. No quarto capítulo é feita uma apresentação das experiências adquiridas por alguns países ao realizarem OpHum, ressaltando os principais meios empregados no desenvolvimento destas operações. No quinto capítulo é exposta a participação do Brasil na comunidade internacional, procurando abordar as ações desenvolvidas e as legislações existentes, visando viabilizar o emprego das FA brasileiras em uma OpHum. Em especial, é feita uma abordagem da MB onde são analisadas as perspectivas atuais e futuras do seu emprego em uma OpHum, bem como a necessidade de verificar a necessidade do desenvolvimento de uma doutrina específica para as ações a serem desenvolvidas neste tipo de operação. Ao finalizar este trabalho, o autor não pretende esgotar os debates sobre o tema, mas acredita que as sugestões de alguma forma possam contribuir com o aprimoramento do emprego da MB em OpHum.

Palavras-chave: Catástrofes Naturais. Operações Humanitárias. *Global Player*. Cooperação. Doutrina. Entorno Estratégico. Política Externa. Marinha do Brasil.

ABSTRACT

The world is undergoing great changes, where the new world order carries a scenario of new threats. Among these threats, due to increased frequency of occurrence and intensity of its effects, the natural disaster presents itself most likely to materialize. Human suffering as a result of this threat drives countries and international organizations to seek coordination and cooperation, in order to achieve synergy in the activities developed during a humanitarian aid. In this situation Brazil in its foreign policy aspires to be a global player, representing the interests of countries in its strategic environment, especially in the region of South America. Therefore in order to support the Brazilian foreign policy, Brazil must have armed forces with physical capacity to operate in geographic space delimited by the strategic environment, in particular conducting humanitarian operations (OpHum). In this context, this monograph is structured in six chapters, which made the first chapter is a brief introduction on the use of the Brazilian Navy (MB) in natural disasters in support of the Brazilian foreign policy. In the second chapter there is an approach where we seek to interpret the Brazilian foreign policy, and then to set the Brazilian strategic contours of interest for the defense. The third chapter is a definition of humanitarian assistance and how international organizations, United Nations (UN), Organization of American States (OAS) and the Union of South American States (UNASUR), seek to coordinate the actions of its member states. When it was emphasized the importance of participation of the armed forces because of its ability to command and control, logistical support and rapid response. In the fourth chapter is made a presentation of the experiences by countries to carry out OpHum, highlighting the main means used in carrying out these operations. In the fifth chapter is exposed Brazil's participation in the international community seeking to address the actions developed and existing legislation in order to enable the use of Brazilian armed forces in a OpHum. In particular, there is an approach to the Brazilian Navy where there are analyzes over the current situation and the future perspectives concerning its employment in OpHum, as well as the need to verify the need to develop a specific doctrine for actions to be undertaken in this type of operation. Upon completing this work the author does not intend to exhaust the debate on the issue, but believes that the suggestions may somehow contribute to the improvement of the use of Brazilian Navy in OpHum.

Keywords: Natural Disaster. Humanitarian Operations. Global Player. Cooperation. Doctrine. Foreign Policy. Strategic Environment. Brazilian Navy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Triângulo do Uso do Mar	107
FIGURA 2 -	Entorno Estratégico segundo Nelson Jobim	108
FIGURA 3 -	Entorno Estratégico segundo Alte Monteiro	108
FIGURA 4 -	Mapa do detalhado da distribuição do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários no ano de 2011	109
FIGURA 5 -	Coordenação do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários nas fases de uma crise humanitária	110
FIGURA 6 -	Área de Responsabilidades dos Comandos Militares Norte-Americanos	110
FIGURA 7 -	Diagrama do Espectro do Conflito	111
FIGURA 8 -	Representação Gráfica das Operações Humanitárias	111
FIGURA 9 -	Representação Gráfica do Centro de Operações Civis-Militares	112
FIGURA 10 -	Organização de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais	112
FIGURA 11 -	Forma de emprego de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais	113
FIGURA 12 -	Organograma comparativo entre a Unidade Anfíbia da Força de Fuzilheiros da Esquadra e uma <i>Marine Expeditionary Unit</i> norte-americana	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Almirante-de-Esquadra
APAN	Rede de Acesso de todos os Parceiros
BAnf	Brigada Anfíbia
BRIC	Grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China
C2	Comando e Controle
CDMA	Conferência de Ministros da Defesa das Américas
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEMCFA	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CGCFN	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CMG	Capitão-de-Mar-e-Guerra
CMOC	<i>Civil Military Operations Center</i> Centro de Operações Civil Militar
ComOpNav	Comando de Operações Navais
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Conselho de Segurança
DBM	Doutrina Básica da Marinha
DHA	Departamento para Assuntos Humanitários
DI	Direito Internacional
ElmAnf	Elemento Anfíbio
EMC	Estado-Maior Conjunto
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMD	Estado-Maior de Defesa

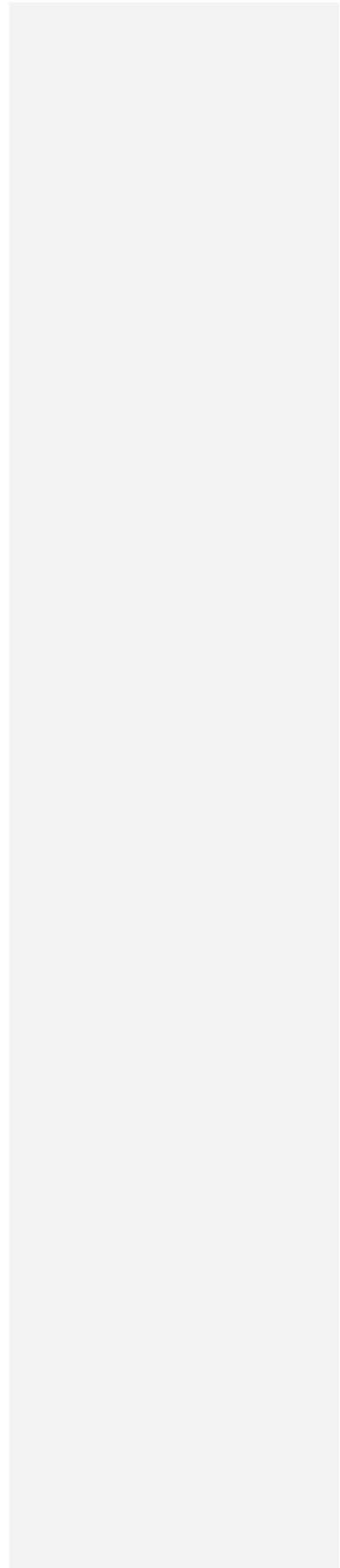
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
EUROMARFOR	<i>European Maritime Force</i> Força Naval Européia
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FER	Força de Emprego Rápido
FN	Fuzileiro Naval
G-8	Grupo formado pelas oito maiores economias do mundo
G-20	G-20 é o grupo formado pelos ministros de finanças das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia
GptOpFuzNav -	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GPS	<i>Global Positioning System</i> Sistema de Posicionamento Global
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i> Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MEUs	<i>Marine Expeditionary Units (MEUs)</i> Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais
MINUSTAH	<i>Unites Nations Stabilization Mission in Haiti</i> Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAe	Navio Aeródromo
NDCC	Navio de Desembarque de Carros de Combate

NDD	Navio Desembarque-Doca
NRTB	Navio de Recebimento e Tratamento de Baixas
OCHA	<i>Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i> Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OpHum	Operações Humanitárias
PAEMB	Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil
PDN	Política de Defesa Nacional
PN	Poder Naval
PROSUPER	Programa de Obtenção de Meios de Superfície
POP	Procedimento Operacional Padrão
RRP	<i>Rapid Reaction Package</i> Pacote de Reação Rápida
UAnf	Unidade Anfíbia
UAV	<i>Unmanned Aerial Vehicles</i> Veículo Aéreo Não Tripulado
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UN-CMCoord	<i>UN Humanitarian Civil Military Coordination</i> Centro de Coordenação Humanitária Civil Militar da ONU
UNDRO	<i>United Nations Disaster Relief Organization</i> Organização das Nações Unidas para o Socorro a Desastres
US SOUTHCOM	<i>United States Southern Command</i> Comando Sul dos Estados Unidos
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	POLÍTICA EXTERNA E O ENTORNO ESTRATÉGICO	15
2.1	Política Externa Brasileira	16
2.2	Entorno Estratégico	18
3	ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	21
3.1	Assistência Humanitária	22
3.2	Organizações Internacionais	26
3.2.1	Organização das Nações Unidas (ONU)	27
3.2.2	Organização dos Estados Americanos (OEA)	31
3.2.3	União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)	34
4	AS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS NO MUNDO	38
4.1	Estados Unidos da América	39
4.1.1	Lições Aprendidas	44
4.1.1.1	Katrina	45
4.1.1.2	Indonésia	46
4.1.1.3	Haiti	49
4.2	Canadá	52
4.3	Reino Unido	54
4.4	Outros Países	55
5	O BRASIL E AS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS	60
5.1	Legislações Pertinentes / Base Legal	60
5.2	O Ministério da Defesa e sua participação	62
5.3	A Marinha do Brasil e as Operações Humanitárias	65
5.3.1	Poder de Naval de Hoje e do Futuro	68
5.3.1.1	A Marinha de Hoje	68
5.3.1.2	A Marinha do Futuro	73
6	CONCLUSÃO	80
	REFERÊNCIAS	86

ANEXOS	91
APÊNDICES.....	109



1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas o mundo presenciou uma drástica mudança geopolítica, em que tínhamos uma disputa entre duas superpotências para um mundo o qual temos o incremento da instabilidade e conflitos. Este novo mundo é caracterizado pelo enfraquecimento das ameaças tradicionais e o fortalecimento das novas ameaças¹, principalmente as causadas pela competição de recursos, por um grande processo de urbanização, pelo crescimento da população e pelo crescimento do extremismo. Todavia, alguns Estados têm mostrado dificuldades na governabilidade de seus territórios, permitindo um ambiente propício a grupos terroristas, grupos de insurgentes e organizações criminais.

Além disso, não podemos deixar de considerar que a atividade humana orientada irracionalmente e desordenadamente à exploração de recursos naturais, tem contribuído para a aceleração e amplificação dos efeitos causados pelos fenômenos naturais.

A amplificação dos efeitos causados pelos fenômenos naturais foi documentada no relatório de avaliação sobre mudanças climáticas, denominado *Climate Change 2007*, lançado no começo de 2007 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Junto com este relatório foi lançado uma versão resumida, conhecida como *Summary for Policymakers* (IPCC, 2007), contendo os principais pontos, dos quais destacamos:

As mudanças em escala regional incluem:
[...] - muito provável aumento da frequência de intensas ondas de calor e pesadas precipitações;
- provável aumento da intensidade dos ciclones tropicais; menos confiança na queda global dos números de ciclones tropicais. [...] (IPCC, 2007, p.8, tradução nossa).

Contudo, as características geográficas da região, as condições climáticas e as formações geológicas e tectônicas são fatores regularmente determinantes em fenômenos

¹Novas ameaças seriam provenientes de fatores não estatais que podem ser: terrorismo, delinquência organizada transnacional, narcotráfico, corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico ilícito de armas, pobreza extrema, exclusão social, desastres naturais, de origem humana, deterioração do meio ambiente, tráfico de pessoas e ataques à segurança cibernética.

catastróficos, podendo ser divididos pelos de origem hidrometeorológicas (tormentas, inundações, secas), de origem geológica (terremotos, erupções vulcânicas, deslizamentos, tsunami) e mistos (erosão, avalanches). Sendo que cada vez mais os Estados são chamados a aplicar seus recursos disponíveis para amenizar o sofrimento humano assolados por fenômenos catastróficos.

Este novo cenário requer que as Forças Armadas (FA) sejam flexíveis, versáteis e adaptáveis, de forma a estarem prontas para responder imediatamente as crises ou contingências.

As mudanças ocorridas fazem com que o sistema internacional implantado logo após a 2ª Guerra Mundial não represente mais a realidade de um mundo bipolar, no qual os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética concentravam o poder. Hoje temos um mundo caminhando em direção à multipolaridade.

Sendo assim, hoje é incontestável a posição dos EUA como potência hegemônica no campo militar. Porém, presenciamos cada vez mais o surgimento de novas potências que trazem para a pauta de debate da agenda internacional os temas de energia e meio ambiente.

O surgimento das novas potências, das quais destaco os países do BRIC², corroboram no questionamento da estrutura da atual ordem mundial. O BRIC vem sendo utilizado como um importante canal político que permite aos países integrantes apresentarem-se nos fóruns internacionais com uma posição consolidada, demonstrando desta forma uma alteração da balança do poder (Willians Gonçalves, 2011, nota de aula). A alteração da balança de poder contribui para engrossar as vozes daqueles que clamam por uma reforma da estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente no que diz respeito ao Conselho de Segurança, pois a estrutura vigente é considerada ultrapassada, ainda retratando a distribuição de poder existente ao final da 2ª Guerra Mundial.

² BRIC é a sigla que se refere a Brasil, Rússia, Índia e China, países que se destacam no cenário mundial pelo rápido crescimento de suas economias em desenvolvimento.

Neste cenário, o Brasil, nos últimos anos, convive com uma estabilidade política e econômica que contribui para projetar-se no cenário internacional como um ator importante em busca de maior inserção nos processos decisórios mundiais. Para tal deverá ser capaz de, dentre outros aspectos, interagir com outros Estados, conforme preconizado no triângulo do uso do mar (GROVE, 1990, p. 233-235), apresentado na Figura 1, no Apêndice A, em que verificamos que um dos lados corresponde ao papel da diplomacia, o outro ao emprego militar e o terceiro ao papel policial. Nesta terceira forma de emprego destacamos a manutenção da paz.

Não podemos esquecer de que o Brasil, com suas dimensões continentais, tendo como sua fronteira Leste a imensidão do Oceano Atlântico, não poderá se esquivar, cada vez mais, de participar efetivamente no cenário internacional, no atendimento dos anseios de sua população. Principalmente, quando for solicitado para minimizar ou prevenir o sofrimento humano, decorrente de uma catástrofe natural, por intermédio de uma Operação Humanitária (OpHum).

Para isto, este estudo teve como objetivo abordar o emprego das FA em OpHum para atender às necessidades de ajuda humanitária decorrente de desastres naturais, dentro de seu entorno estratégico, em consonância com a Política Externa Brasileira, com o propósito de verificar as perspectivas de emprego da MB, bem como a necessidade do desenvolvimento de uma doutrina específica sobre OpHum para seu emprego.

O capítulo 2, subsequente a esta Introdução, descreve a política externa brasileira a qual deve estabelecer os rumos a serem traçados por todos os membros da sociedade, visando a alcançar os objetivos nela expostos. E, para que alguns objetivos possam ser mais facilmente materializados, há a necessidade de ser delimitado um entorno estratégico, no qual será atribuída a priorização da atuação dos membros da sociedade. Sendo assim, este capítulo também descreve o entorno estratégico proposto para a atuação do Poder Naval Brasileiro.

O capítulo 3, abordando o tema ajuda humanitária, apresenta os dois tipos existentes das crises humanitárias para, posteriormente, comentar a visão que algumas organizações internacionais têm em relação ao assunto. Dentre as organizações apresentadas temos a ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Ressaltando, como poderá ser observado no decorrer do capítulo que, há um empenho da OEA e da UNASUL em criar uma estrutura de cooperação entre seus Estados-membros a fim de atender a uma crise humanitária causada por desastres naturais.

O capítulo 4 aborda as doutrinas e instruções existentes em alguns países, apresentando conceitos por eles empregados em suas FA nas OpHum. No caso dos EUA, em especial, acompanha as lições aprendidas no caso do furacão Katrina, o tsunami da Indonésia e no terremoto do Haiti. Neste capítulo poderemos verificar também as estruturas organizacionais utilizadas por alguns países durante a execução de ajuda humanitária, bem como os principais meios empregados.

O capítulo 5 apresenta os conceitos empregados no Brasil e as legislações vigentes que possibilitam a ações das FA em OpHum. Também trata das doutrinas existentes na MB, bem como, das perspectivas de emprego numa visão de curto, médio e longos prazos, considerando-se o previsto no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), fazendo similaridade com os principais meios empregados pelos outros países.

Em suma, a presente monografia concentra-se na possibilidade de aplicação da MB em OpHum, porém nunca esquecendo que esta é uma ação secundária. No entanto, no contexto mundial em que todos os países justificam perante suas sociedades a necessidade da manutenção de tal aparato bélico, não seria diferente aqui no Brasil. O mais importante é sabermos que estando a MB em condições de ser empregada em suas tarefas principais, não terá dificuldades para realizar uma OpHum em apoio à política externa brasileira.

2 POLÍTICA EXTERNA E O ENTORNO ESTRATÉGICO

Ao pensarmos em escrever sobre qual seria a política externa de um país, normalmente o primeiro pensamento que vem é procurar em algum documento oficial do governo, um memorando, um livro, uma diretriz, ou até mesmo um decreto aprovado pelo Congresso Nacional. Logo começaremos a encontrar dificuldade para encontrá-los, e mais uma vez, nossa mente começa a pensar que talvez seja um documento confidencial que não deve ou não possa estar disponível para qualquer membro da sociedade. Mas, como isso pode ser possível se é a política externa de um país que define os rumos que deverão ser traçados por todos os segmentos da sociedade, visando a contribuir para que o país alcance seus maiores objetivos? Então, onde procurar o registro da política externa de um país?

Para o professor Willians Gonçalves³, a política externa não pode ser encontrada registrada em nenhum documento oficial, pois ela é formada pelo conjunto de ações que o Estado exerce para fora de sua fronteira (Willians Gonçalves, 2011, nota de aula). Assim sendo, para que possamos delinear-la há a necessidade de que façamos uma coleta em diversas ações do Estado, sendo que uma das principais fontes de coletas são os discursos proferidos pelos Chefes de Estados ao longo de seus mandatos. Nestes discursos, normalmente, são delineados os objetivos do país junto ao cenário internacional, bem como as ações que deverão ser adotadas por alguns dos segmentos da sociedade que o compõe.

Com a descrição da política externa de um país pode-se, então, definir de forma mais clara e objetiva suas áreas de interesse, que delimitarão o entorno estratégico da nação, possibilitando, desta forma, que todos os setores componentes da sociedade elaborem sua estratégia de atuação nesta área para contribuir com os objetivos definidos na política externa.

³ Professor de Relações Internacionais do Curso de Especialização em Gestão Internacional, 2011, do Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizado na Escola de Guerra Naval.

2.1 Política Externa Brasileira

A política externa brasileira não é uma exceção as políticas externas dos demais países, ela também não pode ser encontrada em nenhum documento oficial, e para termos o conhecimento dela é necessário coletarmos dados nas diversas ações do Estado, para tal foram utilizados alguns discursos proferidos pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, conforme transcritos abaixo:

1) Discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff no Congresso, realizado no dia primeiro de janeiro de 2011, do qual ressaltamos:

[...] Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento de multilateralismo.[...]

[...] Seguiremos aprofundando o relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos; com nossos irmãos da América Latina e do Caribe; com nossos irmãos africanos [...]

[...] Nossa ação política externa continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança [...] (ROUSSEFF, 2011a)

2) Discurso da Presidente Dilma Rousseff na recepção ao Presidente Barack Obama, presidente dos EUA, realizado no dia 19 de março de 2011, onde destacamos:

[...] Temos propugnado por uma reforma fundamental no desenho da governança global: a ampliação do Conselho de Segurança da ONU.[...]

[...] Este país, o Brasil, tem compromisso com a paz, com a democracia, com o consenso.

[...] O Brasil está empenhado na consolidação de um entorno de paz, segurança, democracia, cooperação e crescimento com justiça social. [...](ROUSSEFF, 2011b)

3) Discurso da Presidente Dilma Rousseff na cerimônia de formatura da Turma 2009-2011 do Instituto Rio Branco, no dia 20 de abril de 2011, do qual extraímos:

[...] A atenção que o Brasil tem despertado globalmente nos últimos anos é, em grande medida, consequência da percepção e da valorização que a comunidade internacional [...]

[...] Com a UNASUL, cujo tratado constitutivo entrou em vigor em março último, inauguramos processo histórico de coordenação de promoção do crescimento mais harmonioso da América do Sul. [...]

[...] Reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas não é portanto, um capricho do Brasil. Reflete a necessidade de ajustar esse importante instrumento da governança mundial à correlação de forças do século XXI. [...] (ROUSSEFF, 2011c)

4) Discurso do Ministro Patriota na assunção do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, no dia 02 de janeiro de 2011, do qual destacamos:

[...] o Brasil gera uma expectativa natural, em searas de cooperação as mais diversificadas, junto a países menos desenvolvidos – na América Latina e no Caribe, na África, no Oriente Médio e na Ásia. Nossa capacitação em termos de prestação de cooperação técnica, de assistência na adoção de políticas públicas bem sucedidas ou de ajuda humanitária – não obstante os avanços consideráveis dos últimos anos – **precisará modernizar-se para atender a essa demanda.** (grifo nosso) [...]
 [...] Continuaremos a privilegiar o diálogo e a diplomacia como método de solução de tensões e controvérsias; a defender o respeito ao direito internacional, à não-intervenção e ao multilateralismo [...]
 [...] Acorados em nosso entorno sul-americano, teremos a nossa disposição um MERCOSUL robusto e uma UNASUL crescentemente coesa. [...] (PATRIOTA, 2011a)

5) Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na cerimônia de posse do Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira como Secretário Geral das Relações Exteriores, no dia 06 de janeiro de 2011, do qual destacamos:

[...]o nosso projeto de construção de um espaço de paz e cooperação na América do Sul, o nosso projeto de transformação do Brasil em um ator global influente [...]
 [...] Conto com os colegas para, sob a inspiração da Presidenta Dilma Rousseff, promover uma política externa que concilie nossa prioridade sul-americana com a vocação universal da nossa diplomacia [...] (PATRIOTA, 2011b).

Com os extratos dos discursos acima expostos, observamos que sistematicamente nossos governantes vêm demonstrando clara intenção de que o Brasil torne-se um *global player*⁴. Para tal, nossa política externa deverá estar baseada nos seguintes valores: promoção da paz, respeito a não intervenção e defesa dos Direitos Humanos. Valores estes perfeitamente alinhados com os princípios que regem as relações internacionais, conforme estabelecidos no Art. 4º da Constituição Federal.

Constantemente, vemos o Brasil candidatando-se ao Conselho de Segurança (CS), mas para que isto possa se tornar uma realidade é necessário que ele, o Brasil, seja representante de uma comunidade, tal como a dos países da América do Sul ou a dos países

⁴ *Global player* é um país com presença universal e capaz de construir vínculos e pontes com todos os continentes,

de língua portuguesa (Antonio Celso⁵, 2011, nota de aula). Deste modo, não há dúvida que nações limítrofes e menos desenvolvidas que o Brasil, componentes das comunidades as quais pretende representar passarão a cobrar uma nova postura de nossa política externa, esperando uma participação nos fóruns internacionais não mais como simples expectador e, sim, como membro atuante, que pode sugerir soluções e contribuir na execução das mesmas.

Coerente com o exposto nos discursos proferidos por autoridades governantes do Brasil fica claro que as atuais pretensões brasileiras, em participar no cenário internacional como um *global player*, baseadas em uma política de cooperação, diminuirão cada vez mais a possibilidade de esquivar-se do engajamento direto nas soluções dos conflitos.

Por isto, deve o Brasil ser partícipe na pronta prestação de socorro aos nacionais de países atingidos pelos efeitos causados por catástrofes naturais, ou decorrentes da devastação por conflitos internos ou externos, com o propósito de proteger, amparar e auxiliar as populações atingidas, sempre respeitando os princípios constitucionais de autodeterminação, não-intervenção e igualdade entre os Estados (BRASIL, 2005).

Nos diversos discursos expostos observamos o delineamento da política externa brasileira estabelecendo os interesses nacionais no cenário internacional, cabendo a cada segmento da sociedade delimitar seu espaço geográfico de atuação, onde serão desenvolvidas as ações que respaldam a política externa. Este espaço geográfico estabelecido será conhecido como entorno estratégico, que será abordado no desenvolvimento do próximo item.

2.2 Entorno Estratégico

A definição do entorno estratégico brasileiro é de fundamental importância, visto

⁵ Professor de Direito Internacional Público do Curso de Especialização em Gestão Internacional, 2011, do Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizado na Escola de Guerra Naval.

que o Brasil vem procurando maior inserção no cenário internacional. E dentro do segmento da Defesa a Política de Defesa Nacional (PDN) em seu artigo 3, subitem 3.1 estabelece o entorno estratégico do Brasil, como sendo:

[...] O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África. [...] (BRASIL, 2005)

A PDN em seus artigos subsequentes volta a mencionar a importância que deve ser dada aos países da América do Sul, da África e os países de língua portuguesa, mais uma vez alinhada com o entorno estratégico definido. Desta vez destaca-se a importância da necessidade de cooperação com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), num total de oito países distribuídos em quatro continentes.

A PDN prossegue apresentando a importância da existência do consenso e da harmonia política, pois a segurança de um país estará diretamente relacionada com o grau de instabilidade da região onde está inserido. A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais em seu entorno não é uma aspiração do Brasil, o qual deve buscar o processo de desenvolvimento integrado e harmônico de todos aqueles que se encontram em sua esfera geopolítica, de forma a contribuir com sua política externa.

A política de defesa de um país está diretamente ligada ao estabelecimento do entorno estratégico pela política externa. No Brasil isto não é diferente, e o motivo é simples. O entorno estratégico permitirá definir as necessidades de capacidades físicas das FA do país, tornando-as capazes de operarem nas regiões estratégicas de interesse. Quando o entorno estratégico político incluir áreas de interesse que foge à capacidade física, isto significa que a política externa será conduzida sem o apoio do poder dissuasório proporcionado pelas FA.

Corroborando a PDN, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, no Simpósio Amazônia Azul, realizado na Escola Naval em 2010, detalhou o entorno estratégico que considerava para a atuação das FA brasileiras. Nesta abordagem ressaltou a importância dos

países integrantes da América do Sul, por ser uma área com autossuficiência em energia, ter 25% das reservas de água potável do mundo e 25% das terras agricultáveis. Também destacou no Atlântico Sul a presença do colar de ilhas sob a custódia do Reino Unido, conforme a Figura 2 no Apêndice A, e a importância da atuação nos países limítrofes da África.

Neste mesmo Simpósio da Amazônia Azul, na palestra do AE (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro⁶, então Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, este abordou o tema “O Emprego do Poder Naval na Defesa da Amazônia Azul”, delineou o entorno estratégico para a atuação da MB, conforme Figura 3 no Apêndice A. Porém, além do Atlântico Sul e dos países limítrofes da África, incorporou a região do Caribe.

Como podemos notar, estas apresentações abordaram os entornos estratégicos conforme verbalizado na PDN. Porém, não devemos esquecer que para o entorno estratégico estabelecido pela política externa brasileira seja coincidente com o entorno estratégico adotado pela política de defesa, há necessidade da capacidade física da Força para atuar.

A MB por suas características intrínsecas do Poder Naval, mobilidade, versatilidade, permanência e flexibilidade (BRASIL, 2004, p. 1-2), apresenta excelentes condições em operar no entorno estratégico proposto para sua atuação, sendo tão somente necessário manter e ampliar sua capacidade física de atuação. Afinal, para o Brasil se tornar um *global player* buscando alcançar suas aspirações no cenário internacional, haverá sempre a necessidade de ter, por trás de suas atuações, FA capazes de respaldá-las.

Como observamos, este capítulo procurou estabelecer a correlação entre a política externa verbalizada pelas autoridades, com a definição do entorno estratégico estabelecido na PDN, de forma a orientar as FA no estabelecimento de suas prioridades, a fim de obter e manter a capacidade física de atuação no espaço geográfico delimitado, na realização de assistência humanitária, assunto a ser explorado no próximo capítulo.

⁶ Palestra do Almirante-de-Esquadra(FN) Monteiro, então Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, durante o Simpósio Amazônia Azul, obtida no endereço www.cgfn.mb, no dia 03/03/2011.

3 ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Nos últimos anos, as atuações de diversas organizações humanitárias existentes têm conseguido aumentar consideravelmente o número de vidas salvas, o alívio do sofrimento humano e o atendimento das necessidades das pessoas vitimadas. Entretanto, ainda existe uma grande dificuldade na habilidade dessas organizações em atender adequadamente a todas as crises humanitárias, com o propósito de reduzir as vulnerabilidades das populações ao redor do mundo e responder com o que efetivamente estas pessoas necessitam⁷.

A redução das dificuldades existentes nas organizações para atender adequadamente as crises humanitárias será possível com a integração dos esforços das Organizações Governamentais, das Organizações Internacionais e das Organizações Não-Governamentais (ONG), produzindo uma sinergia de esforços capaz de melhor reduzir o impacto das vulnerabilidades sobre a população.

A demora no atendimento por parte dos diversos organismos internacionais a uma crise humanitária pode resultar em sérias consequências, tais como: movimento descontrolado da população afetada, escassez de alimentos, crise na saúde e o colapso econômico do país atingido (HITSCHFELD, 2006, p 528).

Os movimentos descontrolados da população em fuga, buscando alimento, refúgio e segurança, criam uma série de problemas para a própria população, tornando-as vulneráveis à fome, às epidemias e às doenças contagiosas. Este grande número de refugiados, também, pode provocar graves problemas políticos entre países, pois, nos países receptores, normalmente países vizinhos, estas pessoas não são bem-vindas e algumas vezes são vistas como inimigos, alterando desta forma as relações externas entre os Estados.

As grandes crises humanitárias convivem com escassez de alimentos na região

⁷ Extrato da palavras de Jan Egeland Sub-Secretário Geral para Assuntos Humanitários e Coordenador das Ações Emergências das Nações Unidas, no prefácio do *Humanitarian Response Review*, de agosto de 2005

afetada, que podem ter sido causadas por inundações, secas ou fracasso nas colheitas. Mas, a falta de alimentos não quer dizer, necessariamente, a existência de escassez de comida no país. O alimento pode existir, porém a distribuição, por algum motivo, natural ou provocado pelo homem, pode estar irregular, criando assim o problema com a comida em áreas afetadas.

Nestas situações há grande probabilidade de ocorrer um colapso na saúde, normalmente, causada pelo decréscimo das condições de salubridade do ambiente, propiciando o surgimento de doenças e pragas. Situação que pode ser agravada por serem as instalações médicas inadequadas ou em números insuficientes para atender a elevada demanda provocada pelo cenário de uma catástrofe.

Como consequências de uma crise humanitária as condições de segurança do país podem caminhar para uma escalada da violência. À medida que a situação se deteriora incrementar-se-á o nível de violência para o controle dos recursos e a luta pelo poder. Esta escalada do nível de violência dificultará em muito a atuação de todos os organismos internacionais em sua tarefa de salvar vidas e diminuir o sofrimento humano. Pelos motivos supracitados, é de suma importância uma rápida resposta da comunidade internacional em atender ao pedido de ajuda emanado pelos países assolados por catástrofe natural.

3.1 Assistência Humanitária

Em diversos momentos a humanidade presencia emergências ou crises humanitárias que podem ter como causa geradora um desastre natural ou um desastre causado pelo homem, esta segunda causa não abordada no presente estudo. Nestes momentos, as populações afetadas podem ser expostas a altos níveis de violência, que provocam a morte e o deslocamento forçado da população, tornando-se imprescindível a assistência humanitária. Esta consistirá em prover auxílio de material e logística com propósitos humanitários, tendo como princípios primários salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana.

Por causa disto, em diversos fóruns mundiais, dois assuntos têm recebido grande destaque, o referente a desastres naturais e ao desafio de proteger vidas humanas. Como já mencionado, as mudanças que ocorreram após a guerra fria trouxeram consigo novas formas de conflitos que têm criado condições favoráveis para desestabilizar algumas regiões com violentas crises e conflitos civis, o que contribui para o aumento considerável das crises humanitárias causadas pelo homem.

Destaca-se, também, que as alterações climáticas têm conduzido o mundo a experimentar situações extremas causadas por fortes tempestades, grandes inundações e prolongadas secas, com uma incidência cada vez maior. Estes desastres naturais, algumas vezes, provocam drásticas alterações no ambiente, tornando o acesso aos recursos naturais e terras agricultáveis cada vez mais difíceis. Consequentemente, a implementação da ajuda humanitária para a proteção da vida humana torna-se mais complexa e indispensável.

Como dados estatísticos⁸, apresentamos que no ano de 2010, o mais quente das duas últimas décadas, ocorreram 373 desastres naturais, nos quais 300.000 pessoas morreram e 207 milhões foram afetadas (EUROPEAN, 2010, p 04).

Como observamos, o número de vítimas em um desastre natural podem ser altos, porém o mais importante para que se possa definir a forma adequada de ajuda é ter o conhecimento se a crise ocorreu em um Estado que terá condições de, com seus próprios organismos internos, propiciar condições de salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana de sua população. Ou, se a crise ocorreu em um estado falido⁹ ou em um colapsado¹⁰, que não consegue oferecer à sua população o socorro necessário.

De acordo com o Relatório *Failed and Collapsed States in the International*

⁸ Dados tirados do *Annual Report 2010 European Commission – Directorate General for Humanitarian Aid and Civil Protection*, acesso no dia 07/07/11, obtido no endereço: http://ec.europa.eu/echo/files/media/publications/annual_report/annual_report_2010.pdf

⁹ Estado falido é o Estado em que seu governo não consegue exercer o controle de sua política interna e nem prover o bem estar de sua população.

¹⁰ Estado colapsado é o Estado no qual observamos a ausência de um governo institucionalizado.

System, 86¹¹ a distinção entre essas duas categorias é uma questão de grau. No caso dos estados falidos, o mais importante é o fato de que o aparato estatal é incapaz de assegurar o monopólio da violência em seu território, destacando-se a ausência de um sistema judicial para garantir o estado de direito e promulgar julgamentos que sejam internacionalmente considerados como legítimos.

Em sua grande maioria, os Estados falidos lutam por longos períodos para sanarem suas dificuldades, com soluções criativas e apoio de organismos internacionais. Mas é sabido que, durante este tempo, eles terão capacidade limitada para enfrentar qualquer tipo de crise. A ocorrência de uma catástrofe nestes países terá reflexos intensos nos Estados vizinhos, podendo inclusive comprometer a estabilidade regional, elevando a possibilidade do incremento de crimes transnacionais, movimentos incontroláveis da população e uma turbulência econômica na região (HITSCHFELD, 2006, p 527). Por esta razão, é de suma importância a cooperação entre os organismos governamentais, das organizações internacionais e das ONG.

Já os Estados colapsados, por sua vez, experimentam os piores casos de desintegração política, nos quais coexistem diversos grupos paralelos conflitantes, pois há uma destruição total ou parcial do sistema institucional. As elites da sociedade passam a modelar o Estado conforme seus interesses. A violência torna-se a principal fonte de sobrevivência de milhares de pessoas. O pacto político entre Estado e os cidadãos foi denunciado, uma vez que a confiança no Estado desapareceu. Sendo assim, qualquer nova degradação da situação vigente resultará em grandes desafios para os organismos internacionais.

O conhecimento da capacidade do Estado em fazer uso de suas estruturas para prover ou não o apoio necessário à sua população ajudará a comunidade internacional definir

¹¹ Relatório obtido, acesso no dia 07/07/2011, no endereço: http://www.globalpolicy.org/images/pdfs/12failed_collapsedstates.pdf.

a estrutura e a robustez da ajuda humanitária a ser oferecida. Importante, também, sabermos que devemos atender aos princípios básicos da ajuda humanitária que são: humanidade, imparcialidade e neutralidade¹².

Nos últimos anos, porém, vem crescendo a pressão sobre os organismos internacionais da necessidade da intervenção, principalmente em países falidos e colapsados, de modo a garantir a segurança da população. Este tipo de ajuda humanitária, no entendimento de muitos, não atende ao princípio da imparcialidade, e recebe a denominação de intervenção humanitária, mas não será objeto de estudo desta monografia.

Cabe ressaltar que a não inclusão do tema intervenção humanitária na presente monografia não se deve somente a uma escolha, e, sim, a uma decisão baseada na política externa brasileira, já abordada no capítulo anterior, quando nos discursos notamos que o Brasil defende a promoção da paz, respeito ao princípio de não-intervenção, defesa dos Direitos Humanos e fortalecimento de multilateralismo.

Entretanto, no caso de graves crises humanitárias ocorridas em Estados falidos ou colapsados haverá a necessidade de uma estabilização da área afetada para que se possa garantir a segurança aos voluntários dos diversos organismos que trabalham na área e garantir o acesso à população necessitada de ajuda. Neste momento é que o emprego das FA e das forças de segurança ganham importância, maximizado pela sua rápida capacidade de desdobramento, e de comando e controle, o que possibilita o aumento da sinergia entre os órgãos que se apresentam para minimizar os efeitos da crise junto à população afetada.

Ao analisarmos o assunto assistência humanitária nesta última seção, vimos a importância da cooperação das organizações internacionais para a redução do sofrimento

¹² **Humanidade** – deverá ser garantido a dignidade e o direito a todas as vítimas de serem respeitadas e protegidas;

Imparcialidade – assistência humanitária deverá ser provida sem discriminação de etnia, nacionalidade, opiniões políticas, raça e religião; e

Neutralidade – assistência humanitária deverá ser provida sem engajamento em hostilidades ou assumindo partido em controvérsias políticas, religiosas e natureza ideológica.

humano. Sendo assim, na próxima seção abordaremos as principais organizações e sua atuação no cenário internacional visando a coordenação das ações a serem desenvolvidas em uma OpHum.

3.2 Organizações Internacionais

A proliferação de organizações internacionais é uma realidade no mundo de hoje e aparentemente isto ocorre porque os Estados “se encontram na impossibilidade, por razões estruturais ou políticas, para realizar seus objetivos em um quadro determinado” (JACQUÉ *apud* MELLO, 2004, p. 601). Entretanto, apesar desta proliferação, as organizações internacionais não têm uma definição estabelecida por nenhuma instituição internacional, sendo que adotaremos a definição apresentada por Celso Mello:

[...] organização internacional é uma associação voluntária de sujeitos de direito internacional, constituída por ato internacional e disciplinada nas relações entre as partes por normas de direito internacional, que se realiza em um ente de aspecto estável, que possui um ordenamento jurídico próprio e é dotado de órgãos e institutos próprios, por meio dos quais realiza as finalidades comuns de seus membros mediante funções particulares e o exercício de poderes que lhe foram conferidos. [...] (SERENI *apud* MELLO, 2004, p. 601)

A expressão sujeitos do Direito Internacional (DI), observada acima, deve ser entendida como apenas os Estados; sendo assim, as organizações internacionais são formadas por diversos Estados voluntários que estão dispostos a participar daqueles fóruns, respeitando seus regulamentos e determinações. Dentro de algumas ações desenvolvidas por estas organizações temos as que são realizadas para minimizar os efeitos de uma crise humanitária, como já abordado anteriormente por meio de ajuda humanitária ou intervenções humanitárias.

Neste capítulo serão abordadas as ações desenvolvidas em três organizações que são a ONU, a OEA e a UNASUL. As três organizações foram selecionadas por serem as que o Brasil participa como membro e por terem suas áreas de atuação com interseções no entorno estratégico já descrito no capítulo anterior.

3.2.1 Organização das Nações Unidas (ONU)

O objetivo de promover o auxílio humanitário, mesmo que incipiente, está presente no artigo primeiro da Carta das Nações Unidas, como poderemos observar a seguir:

[...] ARTIGO 1 - Os propósitos das Nações unidas são: [...] 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; [...] (ONU, 1945)

Apesar deste artigo, somente com a incorporação paulatina de alguns mecanismos de ajuda às vítimas de desastres é que a ONU, lentamente, apresentou algum resultado, mesmo que pouco eficaz, visando a alcançar o objetivo descrito em sua Carta.

Como parte da iniciativa de atender ao objetivo descrito na Carta, em 1971, ocorreu a criação do primeiro organismo na ONU especializado no tema auxílio humanitário que foi a Organização das Nações Unidas para o Socorro a Desastres (*United Nations Disaster Relief Organization* (UNDRO)) tendo seus esforços voltados para socorrer as vítimas de desastres naturais.

Entretanto, devido ao final da Guerra Fria, uma nova ordem mundial surgiu e, acompanhando-a, uma onda de graves conflitos civis eclodem, tornando cada vez mais constante a necessidade das ações da ONU, levando a organização, no ano de 1981, a divulgar o documento “Uma nova ordem humanitária internacional”¹³, que seria o primeiro de uma série de documentos divulgados quase que anualmente pela Organização, no qual os Estados-membros reconhecem a necessidade de fortalecer a ação internacional no combate aos efeitos causados por uma grave crise humanitária.

Este documento conclamava a ONU a coordenar as atividades das outras organizações intergovernamentais e das ONG empenhadas no auxílio, de tal forma a

¹³ Disponível em: <http://daccess-ods.un.org/TMP/9485579.13303375.html> Acesso em: 22 de junho de 2011.

estabelecer uma ação comum evitando ações sobrepostas.

Dentre os diversos esforços e resoluções aprovadas na Assembleia Geral, em que ficava mais evidente a necessidade de coordenação e liderança da ONU nas ações de ajuda humanitária, destacamos a Resolução 46/182 “Fortalecimento da Coordenação em Assistência Humanitária de emergência do sistema das Nações Unidas”¹⁴.

Esta resolução estabeleceu doze princípios essenciais, em que destacamos que a assistência humanitária deve ser realizada de acordo com os princípios de humanidade, neutralidade e imparcialidade. E que somente com o consentimento do Estado afetado poderá ser prestada a assistência, respeitando assim a soberania e a integridade territorial.

Todos os princípios poderão ser consultados no Anexo B. Porém, cabe ressaltar que a Política Externa Brasileira demonstra alinhamento com os princípios expostos na Resolução 46/182.

Mesmo após todos os esforços, até a década de 90 não existia um sistema na ONU que coordenasse as ações desenvolvidas em uma ajuda humanitária. Mas, no início da década, com constantes eclosões de crises humanitárias, tornou-se imprescindível a necessidade de um sistema mais eficaz de assistência humanitária. Como resultado, em 1992 foi criado o Departamento para Assuntos Humanitários (DHA) que, posteriormente, em 1998, foi alterado para o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

O OCHA, então, passou a exercer o principal papel de dirigir as atividades da Organização, buscando uma resposta rápida para as crises humanitárias¹⁵ muito bem representado na Figura 5 do Apêndice A. Para tal, mantém fortes relações com os componentes políticos, de direitos humanos e de manutenção da paz das Nações Unidas, buscando uma abordagem das emergências complexas. Atendendo às necessidades das

¹⁴ A/RES/46/182. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/46/a46r182.htm>. Acesso em: 22 de junho de 2011.

¹⁵ Informações disponíveis em: <http://www.un.org/spanish/ha/moreha.htm>. Acesso em: 22 de junho de 2011.

populações afetadas desde os primeiros momentos até que se tenha obtido as condições necessárias para a sustentabilidade.

Devido à importância de seu papel dentro do sistema de ajuda humanitária não é de surpreender que o OCHA tenha sua presença marcada em todos dos continentes, realizando diversas atividades, como podemos comprovar na Figura 4 do Apêndice A.

No entanto, dando prosseguimento às ações de coordenação da ONU em crises humanitárias, foi lançado, em março de 2003, o documento *Guidelines On The Use of Military and Civil Defense Assets To Support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies*¹⁶. Apesar de o tema não ser abordado na presente monografia, temos como definição de uma emergência complexa uma crise humanitária em um país, região ou sociedade, onde há o total ou parcial colapso da autoridade resultante de um interno ou externo conflito, o qual requererá uma resposta internacional, que vai além de um mandato ou uma simples ajuda de um país, até um programa de países sob a égide da ONU.

Já em novembro de 2006 é relançada a *Oslo Guidelines*, que originalmente foi preparada em 1992, resultante do esforço conjunto de diversos países que discutiam as ações de auxílio a crises causadas por desastres naturais. O documento resultante do relançamento foi a *Guidelines On The Use of Foreign Military and Civil Defence Assets in Disaster Relief – “Oslo Guidelines”*¹⁷, que sofreu uma revisão em 2007.

Deste documento tiramos a definição de assistência humanitária como sendo uma ajuda a uma população afetada, que busca como propósito primário, salvar vidas e aliviar o sofrimento da população afetada pela crise. Voltando a reforçar a necessidade de se respeitar os princípios básicos humanitários.

Outro ponto importante desta diretriz é o estabelecimento de um centro de

¹⁶ Documento disponível no endereço: <http://coe-dmha.org/Media/Guidance/3MCDAGuidelines.pdf>. Acessado em: 21/03/2011.

¹⁷ Documento disponível no endereço: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/8706B7B69BD77E00C1257233004F0570-OCHA-Nov2006.pdf>. Acessado em: 21/03/2011

coordenação denominado *UN Humanitarian Civil Military Coordination (UN-CMCoord)*, permitindo a coordenação e o diálogo entre os atores civis e os militares que trabalham na assistência humanitária, buscando promover e proteger os princípios humanitários, evitando a concorrência, minimizando a inconsistência, e quando apropriado, alcançando os objetivos comuns.

No Anexo C da presente monografia temos a abordagem de algumas notas importantes constantes da diretriz, merecedoras de destaque. Porém, não podemos deixar de ressaltar que no entendimento da ONU as tropas envolvidas nas atividades humanitárias não podem ser empregadas em atividade de combate ou segurança. E que as organizações militares durante suas ações deverão ser autossustentável.

Como podemos observar, a ONU, por meio de diretrizes e resoluções, vem adotando medidas que visam a estabelecer um controle centralizado e procedimentos padronizados das ações a serem desencadeadas ao longo de uma OpHum. Dentro destas ações conseguimos verificar que tem sido reservado para as FA um papel importante, principalmente, por sua característica de flexibilidade, comando e controle, e prontidão para o atendimento imediato as crises.

Destacamos, também, que a participação das FA em apoio a OpHum requer grande coordenação com diversos setores da comunidade internacional, que sob a coordenação da ONU buscam a sinergia de suas ações para minimizar os efeitos causados por uma crise humanitária.

Cabe lembrar que algumas diretrizes apresentadas podem não ser consideradas em caso de acordos bilaterais, porém, quando operando sob a égide da ONU, estas diretrizes serão seguidas e supervisionadas, o que torna imprescindível o contínuo adestramento das forças militares, mantendo-se sempre prontas a responder uma solicitação para integrar um contingente de ajuda humanitária.

3.2.2 Organização dos Estados Americanos (OEA)

A Organização dos Estados Americanos (OEA) tem sua origem na União Internacional das Repúblicas Americanas, criada em 1890, numa reunião realizada em *Washington, D.C.*, o que confere à OEA o título da mais antiga organização regional do mundo. Contudo, somente em 1948 foi assinada a Carta da OEA, entrando em vigor em 1951. Atualmente, a OEA é composta por 35 Estados-membros, sendo o principal fórum governamental político, jurídico e social do Continente¹⁸.

Observando o artigo 1 da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1997) podemos verificar que do mesmo modo que a Carta da ONU, o auxílio humanitário aparece de forma incipiente, podendo ser depreendido dos termos referentes à promoção da solidariedade e da intensificação da colaboração.

[...] Artigo 1 Os Estados americanos consagram nesta Carta a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração [...] (OEA, 1997)

Apesar da forma da abordagem do tema assistência humanitária na Carta, como acima exposto, nos demais fóruns protagonizados pela OEA isto não ocorre, como veremos na Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), que é um fórum de diálogo e troca de ideias e visões sobre a segurança e defesa dos Estados-membros e da região, sendo o assunto tratado com bastante ênfase.

Dentro deste fórum de debates destaca-se a última CMDA, ocorrida na cidade de *Santa Cruz de La Sierra*, Bolívia, em novembro de 2010, quando foi emitida a Declaração de Santa Cruz de La Sierra (OEA, 2010), reafirmando o compromisso da solidariedade e cooperação entre os países das Américas.

¹⁸ Dados retirados do endereço: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acessado em: 17/06/2011.

A declaração, também, expôs de forma clara a valiosa contribuição que as FA podem proporcionar como apoio específico em resposta a casos de desastres naturais, em coordenação com organizações humanitárias nacionais e internacionais, como parte de uma resposta integral no caso desses desastres.

Com o propósito de fortalecer a coordenação, a capacidade e a cooperação entre as ações desencadeadas no Continente americano, na área de resposta a desastres naturais está sendo desenvolvido, no decorrer do ano de 2011, um mecanismo de colaboração entre os Ministérios da Defesa. Este mecanismo terá como objetivo fortalecer as capacidades militares de assistência humanitária, em apoio às autoridades civis, sempre em resposta a uma solicitação de um Estado afetado por um desastre natural.

Na declaração houve o destaque de que os recentes desastres naturais ocorridos no Continente evidenciaram a necessidade do fortalecimento dos mecanismos de prevenção, preparação, resposta e recuperação aos desastres naturais, permitindo assim melhorar a gestão de riscos nos desastres.

Na última CMDA também ficou acordada a realização de uma reunião de grupos de trabalho, compostos por representantes dos Estados-membros, no período de 29 a 30 de agosto de 2011, em *San José*, Costa Rica, com o objetivo do fortalecimento de parcerias em apoio à assistência humanitária e de desastre natural.

Os temas a serem discutidos nesta reunião terão como propósito permitir aos representantes dos Estados-membros a identificação dos elementos básicos de uma operação de assistência humanitária e propor um Plano de Ação para desenvolver um Procedimento Operacional Padrão (POP). A padronização dos procedimentos possibilitará a criação de um Centro de Intercâmbio de Informações e Assistência. E, também, deverão identificar lacunas que porventura existam entre as ações dos diversos organismos

internacionais, permitindo, desta forma, uma efetiva e eficiente utilização das FA ou de segurança no apoio a assistência humanitária¹⁹.

Em suma, com a criação do Centro de Intercâmbio de Informações e Assistência, cada país informará diretamente ou mediante uma organização autorizada previamente, sobre a assistência prestada ou recebida.

Para a oferta de assistência humanitária à comunidade regional, os países definirão os recursos humanos (logística, especialistas em gerenciamento de suprimentos, médicos sanitaristas, assistência psicossocial, administração de albergues e organização comunitária, comunicações etc.) e recursos materiais (alimentos, medicamentos, água potável, tendas, vestuário, calçados etc.). Os Estados também especificarão o tipo de recurso de que careciam quando recorreram à assistência humanitária internacional em situações anteriores de desastres, devendo todas estas informações serem tão minuciosas quanto possível.

Como mecanismo utilizado para facilitar a coordenação e a cooperação das FA, em uma Conferência Anual dos Chefes de Estado-Maior de Defesa da América do Sul foi acordado o uso da *All Partner Access Network – (APAN)*, o qual se presta a funcionar como plataforma de compartilhamento e coordenação das informações sobre assistência humanitária. Esta proposta foi apresentada pelos representantes do *United States Southern Command (USSOUTHCOM)*.

No âmbito da OEA, a rede APAN foi avaliada por um grupo de trabalho de forma a estruturar procedimentos de solicitação, fornecimento e sincronização no apoio de assistência humanitária entre os Estados-membros. E, do ponto de vista do representante da

¹⁹ Informações extraídas no endereço: http://cdmamericas.org/PublicPages/Costa_Rica_port.aspx . Acessado em: 17/06/2011.

Subchefia de Operações do Ministério da Defesa, considera que os procedimentos são importantes para que cada país saiba como proceder e a quem dirigir ofertas ou solicitações.

Como podemos observar, a OEA, acompanhando as orientações da ONU, busca centralizar a coordenação das ações a serem desenvolvidas durante uma assistência humanitária. E, tal como na ONU, a participação das FA é considerada, pela OEA, importante por suas características, necessitando um sincronismo das ações para se obter maior sinergia entre todos os órgãos participantes, evitando a interferências das atividades.

3.2.3 União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

A UNASUL teve origem na aspiração de vários países e chefes de Estados que desejavam mais integração regional, esta considerada necessária para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar dos povos sul-americanos, e que contribuirá para resolver os problemas que porventura afetem a região (UNASUL, 2008a, p. 2).

Diferente da Carta da ONU e da Carta da OEA, o Tratado Constitutivo da UNASUL aborda de forma mais direta o tema referente à cooperação na prevenção e na luta contra as causas e os efeitos de uma catástrofe natural, sendo este um dos objetivos específicos relatado no artigo 3 do Tratado (UNASUL, 2008a, p. 5).

Mesmo com a citação no Tratado, o assunto assistência humanitária somente começou a fazer parte da pauta de reuniões com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que será um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de defesa (UNASUL, 2008b).

É importante ressaltarmos que no Estatuto de criação do CDS, em seu artigo 3, ficou bem claro o respeito de forma incontestável quanto à soberania, à integridade e à

inviolabilidade territorial dos Estados, e a não intervenção em seus assuntos internos e na autodeterminação dos povos.

O Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL em seu artigo 5, que enumera os objetivos específicos do CDS, encontramos no item “h” o objetivo de compartilhar as experiências e apoiar as ações humanitárias, tais como desminagem, prevenção, mitigação e assistência as vítimas de desastres naturais (UNASUL, 2008b, p. 5).

De forma a atingir este objetivo específico do CDS, no Plano de Ação 2010-2011 ficou estabelecido que no ano de 2010 se realizasse um exercício na carta, a cargo do Peru, sobre o tema desastre natural. E, também, que caberia ao Brasil consolidar um inventário das capacidades de defesa que os países ofereceriam para apoiar as ações humanitárias, e propor um mecanismo de emprego do inventário das capacidades de defesa dos Estados-membros, em caso de desastres naturais (UNASUL, 2010, p. 2).

Dando início ao cumprimento do preconizado no Plano de Ação 2010-2011, foi realizado no Peru um seminário internacional com o tema “A Participação dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas em caso de Desastres Naturais”. Após três dias de seminários os participantes consolidaram algumas conclusões e recomendações, que foram encaminhadas para os Estados-membros, conforme poderemos observar no Anexo D.

Dentre estas conclusões e recomendações destacamos que as FA devem atuar em apoio às autoridades civis, não devendo assumir o controle das ações. E que para o transporte de carga de ajuda humanitária deve-se contar com unidades navais de transporte logístico²⁰.

Também em cumprimento à tarefa destinada ao Peru no Plano de Ação, foi realizado, em dezembro de 2010, o 1º Jogo de Gestão de Crise, com o propósito de estabelecer capacidade de resposta eficiente e oportuna do CDS, contrapondo a ocorrência de

²⁰ Dados obtidos na palestra, cedida pelo CMG(FN) Luiz Carlos Brito Cunha, realizada pelo Capitán de Navío Santiago Llop, Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Defesa do Peru, por ocasião do encerramento do Seminário Internacional, realizado na cidade de Ica – Peru, no período de 08 a 11 de junho de 2010.

um desastre natural na área da América do Sul. Ao final deste jogo, as conclusões e recomendações foram levantadas e apresentadas aos Estados-membros, as quais podem ser verificadas no Anexo E.

Na leitura das observações verificamos que elas corroboram a necessidade de intensificação do treinamento neste tipo de situação, pois permite a coordenação entre diversos tipos de órgãos, o que acaba reduzindo a interferência durante as ações; e a necessidade de um grupo-tarefa com mobilidade, dispondo de hospitais de campanha, aviões e helicópteros.

Quanto às tarefas atribuídas ao Brasil pelo Plano de Ação 2010-2011, têm sido realizadas pelo Ministério da Defesa, sob a coordenação da Subchefia de Operações do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), que se esforça em obter de todos os Estados-membros as informações necessárias para a confecção do inventário de capacidades de defesa, bem como propor um mecanismo de seu emprego.

Dentro do MD as atividades para consolidar as capacidades de defesa que cada país pode oferecer teve início no ano de 2009, pois esta tarefa já constava do Plano de Ação 2009-2010. É importante frisar que o pedido encaminhado aos Estados-membros solicitava somente as informações que eles julgassem cabíveis para ajuda humanitária, não havendo nenhum interesse em saber o “modus operandi” ou a existência de algum material secreto.

Durante o processo de consolidação do inventário, ainda em curso, alguns aspectos estão sendo levantados e considerados importantes, para que o objetivo de cooperação entre os Estados-membros, de minimizar os efeitos de um desastre natural, seja alcançado, tais como: localização dos efetivos especializados, principalmente pessoal de engenharia, saúde e de telecomunicações; capacidade de mobilização e envio de equipes/material, meios terrestres (caminhões), navais (navio hospital) e aéreos (helicóptero para transporte); e disponibilidade de equipamentos para lançamento de pontes, purificação de

água, meios de comunicação e produção de energia²¹.

Hoje, o inventário das capacidades de defesa encontra-se em fase final de consolidação com previsão para encaminhamento e posterior apresentação aos Estados-membros em 31 de agosto do corrente ano.

Como podemos observar, a UNASUL vem adotando medidas que harmonizam com as estabelecidas pela ONU e pela OEA, procurando coordenar e controlar os esforços de todos os órgãos participantes de uma ajuda humanitária a região da América do Sul. Neste sentido, o CDS desempenha importante papel, buscando o debate em prol de mecanismos de coordenação e controle das FA quando atuando em uma OpHum.

Não seria incorreto afirmar que a importância dada pelas organizações internacionais, expostas neste capítulo, refletem a opinião pública mundial, pois os desastres naturais vêm apresentando incremento na ocorrência, bem como na intensidade dos danos causados. Este fato provoca cada vez mais a participação das organizações internacionais na coordenação e controle das ações a serem desenvolvidas na assistência de uma emergência humanitária seja imprescindível para que as vítimas tenham a melhor proteção.

Com o posicionamento de ser um organismo de coordenação e controle, dentro da nova ordem mundial que se implanta, as organizações intergovernamentais assumem um papel importante, fomentado para que diversos países participem cada vez mais no apoio às vítimas de desastres naturais, propiciando salvar vidas e aliviar o sofrimento humano.

Com a participação cada vez mais intensa alguns países vêm acumulando lições aprendidas com seus erros e acertos obtidos no decorrer das ações humanitárias realizadas. Neste foco o próximo capítulo aborda algumas destas experiências.

²¹ Dados obtidos de algumas palestras cedidas e realizadas pelo CMG(FN) Luiz Carlos Brito Cunha, da Subchefia de Operações do EMCFA, do MD, durante seminários e reuniões com representantes dos Estados-membros.

4 AS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS NO MUNDO

A nova ordem mundial em formação vem acompanhada de um fenômeno muito marcante na história recente, a globalização, onde temos o incremento da interdependência dos países, com troca crescente de bens e informações, sendo a velocidade da troca de informações uma das causas para as rápidas transformações que vêm ocorrendo.

Neste mundo globalizado é de entendimento dos países que fatos negativos ou positivos ocorridos dentro de suas referidas áreas de interesse, facilmente podem transbordar as fronteiras físicas que delimitam seus territórios. No caso de ocorrência estes países podem ter seus interesses afetados ou em casos mais extremos a instabilidade e a insegurança pode ser importada para o seu território.

E, conforme descrito no relatório de avaliação sobre mudanças climáticas, denominado *Climate Change 2007*, a tendência mundial é de uma maior ocorrência de catástrofes naturais. Porém, ressalta-se que as catástrofes naturais também são provocadas por terremotos, *tsunamis* e erupções vulcânicas. E, ao ocorrerem em certas regiões podem provocar danos que requererão providências além da capacidade do Estado para minimizar os efeitos provocados em sua população e sua infraestrutura. Desta forma, se faz necessária a cooperação de outros Estados e de organismos internacionais para superar as dificuldades e auxiliar as vítimas, amparando-as e protegendo-as.

Incentivados pelos diversos organismos internacionais que cada vez mais assumem um importante papel de controlador e coordenador de ações buscando amparar e proteger as vítimas, diversos países têm procurado estar em condições de apoiar, quando solicitados, as ações desenvolvidas em uma assistência humanitária.

A cooperação entre Estados para mitigar os efeitos de catástrofes podem ocorrer por diversos meios, desde a simples doação de suprimentos emergenciais até o envio de pessoal e equipamentos para participarem ativamente das ações a serem desenvolvidas. E é

com o envio de pessoal e de equipamentos que a participação de um Estado ganha maior visibilidade, demonstrando claramente sua intenção em realmente participar na manutenção da estabilidade da região.

Neste enfoque diversos países têm contribuído com os organismos internacionais para minimizar os efeitos de catástrofes naturais. Devido ao aumento da frequência e intensidade de como estas catástrofes vêm ocorrendo, cada vez mais a presença das FA tem sido solicitada para complementar os esforços executados em uma ajuda humanitária.

Neste enfoque passaremos a abordar alguns países que contribuem com os organismos intergovernamentais, elencando suas diretrizes, os meios que disponibiliza para o apoio e em alguns abordaremos suas lições aprendidas no decorrer de operações já realizadas.

4.1 Estados Unidos da América

Como os interesses dos EUA estão espalhados por todas as regiões, e por ser, atualmente, de forma indiscutível o país hegemônico quanto ao seu poderio militar, não surpreende que ele seja o país com maior participação em todas as esferas de uma assistência humanitária.

Como forma de materializar seus interesses, suas FA encontram-se espalhadas no mundo, sendo subordinadas a sete grandes Comandos Militares de Combate, cada qual com sua área de responsabilidades, conforme representado na Figura 6 do Apêndice A, onde estariam dispostos a empregar seus meios em defesa dos interesses norte-americanos, de garantirem a segurança aos continentes no mundo e prover uma resposta militar em caso de crises emergenciais²².

A disposição e a forma do emprego de suas FA são abordadas de forma clara no

²² Dados obtidos no endereço: http://www.defense.gov/home/features/2009/0109_unifiedcommand/ . Acessado em 26/06/2011.

conteúdo de sua estratégia nacional militar, lançada em fevereiro de 2011 (EUA, 2011a), onde, na visão do Estado-Maior Conjunto (EMC), estas deverão prover capacidade militar para defender os EUA e seus aliados, proporcionando paz, segurança e prosperidade.

Na estratégia nacional militar o tema assistência humanitária é abordado como fazendo parte dos desafios transnacionais, e, neste cenário a capacidade militar em combinação com a diplomacia norte-americana, desenvolverá esforços para levar sua influência e cobertura de seu poderio militar, de modo a fomentar a cooperação regional e internacional de modo a estabelecer um ambiente seguro e próspero.

Por conseguinte, o EMC e os Comandos Militares de Combate trabalham ativamente em parceria com outras agências do governo para incrementar ações que visam desenvolver e manter um ambiente seguro. Estas visam motivar a interoperabilidade internacional antes das crises, de modo que a preparação seja a principal arma para facilitar as ações quando necessárias.

Para os EUA, as atividades de assistência humanitária e auxílio a desastres servem algumas vezes para estabelecer um relacionamento de confiança e respeito com alguns adversários. E, também, ajudam a manter o acesso e o relacionamento com países amigos, apoiando desta forma os amplos interesses nacionais. Para tal, as FA devem estar preparadas para atender e facilitar as respostas das agências norte-americanas a uma crise humanitária internacional (EUA, 2011a, p. 15).

Em consonância com a Estratégia Militar o USSOUTHCOM, que é um Comando Militar de Combate, em sua missão, contida na Estratégia de Comando para 2020 (EUA, 2010b), estabelece que eles devam estar prontos para conduzirem operações conjuntas ou combinadas em todo o espectro de operações militares e apoiar os esforços do governo em melhorar a segurança e a cooperação regional. Para tal eles deverão manter uma capacidade de planejar e executar as atividades de respostas a crises, dentre as quais consta a de

minimizar os efeitos causados por desastres.

Com este propósito o USSOUTHCOM reconhece a importância de esforços bilaterais e multilaterais em prevenir e responder a um desastre natural. Também reconhecem que para responder à crise com a prestação requerida há a necessidade de um planejamento detalhado entre o USSOUTHCOM, as agências de governo e a comunidade internacional. Para tal, no calendário de atividades do USSOUTHCOM estão previstos exercícios em sua área de responsabilidade, provendo o necessário treinamento a todos os organismos participantes de uma ajuda humanitária. A participação de países amigos é encorajada nestes exercícios, incentivando assim a cooperação internacional.

Dentre os exercícios realizados pelo USSOUTHCOM destacamos o *Fuerzas Aliadas Humanitarias (FAHUM)*, que tem frequência anual e o propósito de envolver num exercício militares e agências civis da região do Caribe. Este exercício tipicamente ocorre antes do início da estação dos furacões na região, permitindo maior integração das organizações, contribuindo para a prevenção e aumentando a possibilidade de uma maior sinergia dos esforços dos diversos órgãos envolvidos (EUA, 2011b).

Este tipo de exercício, além de preparar os organismos regionais para uma pronta resposta, contribui para o aumento da influência norte-americana em sua área de interesse. Condição esta desejada por todo o país que almeja ser um *global player*.

A importância da assistência humanitária dentro da política de defesa norte-americana não foi abordada pela primeira vez na Estratégica Militar em 2011. Em diversos documentos anteriores este tema já vinha sendo estudado. Por isso, falar que uma OpHum é um novo tipo de operação não é correto.

A *Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* (EUA,2007a) é o primeiro documento elaborado conjuntamente entre a *Navy*, *Marine Corps* e a *Coast Guard*, estabelecendo uma estratégia marítima para o emprego do poder naval. Este documento

reconhece que mudanças na nova ordem mundial vêm impondo incertezas e a necessidade cada vez maior de uma rápida resposta aos desafios.

Mesmo não sendo a OpHum uma novidade, como dito anteriormente, no campo da resposta a um desastre natural esta estratégia estabelece que em tempo de paz devem ser concretizados os laços entre parceiros visando a facilitar as ações necessárias a serem desenvolvidas. A tarefa da concretização dos laços fica facilitada com a distribuição global dos meios, o que permite uma interação mais próxima com as possíveis áreas de atuação.

A distribuição global, a característica expedicionária da força naval e sua flexibilidade colocam-na em uma posição privilegiada para prover a assistência humanitária, representada por sua habilidade de conduzir rapidamente uma operação de evacuação de não-combatentes²³ e sua capacidade de prover apoio logístico mesmo em áreas que tenham sua infraestrutura comprometida (EUA, 2007a).

Em consonância com o acima exposto, temos a situação vivenciada pela 15th *Marine Expeditionary Units (MEU)*²⁴, com aproximadamente 2.500 *Marines*, no período em que estava operando na costa do Paquistão realizando ajuda humanitária, transportando alimentos e medicamentos a mais de 400 milhas; ao mesmo tempo seus *Harriers*²⁵ decolavam do *USS Peleliu* para prover o apoio aéreo aproximado às tropas no Afeganistão. Concomitantemente este grupo-tarefa recebeu a tarefa de navegar em direção ao Golfo de Aden para executar uma operação contra pirataria no resgate do navio de bandeira alemã *Magellan Star*²⁶.

²³ Evacuação de não-combatentes é uma operação conduzida com o propósito de evacuar não-combatentes de países onde exista ameaça à sua segurança ou onde exista uma situação de calamidade (BRASIL, 2008a, p. 1-2).

²⁴ A *Marine Expeditionary Unit (MEU)* é uma força de reação rápida pronta para responder imediatamente a uma crise. Normalmente, é formada por um componente de comando; um de combate, um componente de combate aéreo, e um componente de apoio logístico. Esta força-tarefa, usualmente, é comandada por um coronel e tem o efetivo de 2.200 militares embarcados em navios de assalto anfíbio.

²⁵ Avião empregado pelo US *Marine Corps* em suas MEUs. Estas aeronaves têm capacidade de ataque ao solo, e decolagem e pouso vertical.

²⁶ Estes dados foram obtidos na síntese de um artigo publicado na *The Examiner*. Disponível no endereço: <http://www.sfoxaminer.com/opinion/op-eds/2011/07/government-should-maintain-amphibious-abilities-marines>.

Já a diretiva emitida pelo Departamento de Defesa abordando o tema do apoio militar nas operações de estabilidade, segurança, transmissão e reconstrução (EUA, 2005) estabelece que uma operação de estabilização é a atividade militar e civil conduzida para estabilizar ou manter a ordem em Estados ou regiões, e é o ponto-chave para o sucesso deste tipo de operação a integração entre os esforços militares e os civis.

Na operação de estabilização é importante que as organizações envolvidas disponham de elementos, conhecedores dos costumes, cultura e da língua nativa na região, bem como, tenham pessoas com experiência em trabalhar com organizações internacionais e governos estrangeiros (EUA, 2005, p. 6), permitindo uma melhor coordenação das ações.

Também, recomenda-se o engajamento das agências e dos departamentos do governo norte-americano, das forças de segurança, das organizações internacionais, das ONG, e dos membros do setor privado, no planejamento, treinamento e exercícios de forma a criar uma apropriada coordenação entre os diversos atores (EUA, 2005, p. 9).

Segundo James J. Wirtz, a dispersão dos meios da *US Navy* por todos os oceanos do mundo permitem responder a um número maior de operações que atendem aos interesses do governo norte-americano, sendo elas de alta ou baixa intensidade, como as OpHum.

Estas ações em resposta a um desastre natural fariam parte de uma operação de estabilização, pois a história mostra que áreas onde persiste o sofrimento da população são propícias para grupos terroristas desenvolverem atividades de recrutamento em prol de suas causas (LARSEN, 2010, p. 5).

Em apoio às operações de estabilização, os meios da *US Navy* podem realizar o patrulhamento das águas costeiras e o controle das linhas de comunicação marítimas, impedindo assim que grupos insurgentes aproveitem um momento de crise causado por um desastre natural (LARSEN, 2010, p. 20).

Como podemos observar ao longo desses últimos parágrafos, temos o emprego de

uma OpHum para minimizar a possibilidade de atividades terroristas em áreas atingidas por crises humanitárias.

Demonstrando mais uma vez que a OpHum não é um assunto novo, a publicação *HA Multiservice Procedures of Humanitarian Assistance Operations* (EUA, 1994) relembra o emprego de forças militares em assistência humanitária.

Um ponto importante que ressaltamos desta publicação é a utilização de elementos de operações especiais, que devido as suas capacidades podem ser empregados em áreas remotas e de difícil acesso, onde rapidamente poderão desdobrar-se com sua capacidade de comunicação e estabelecer contato com a população local (EUA, 1994, p.3.6).

Outro tópico abordado é a capacidade que o grupo de assuntos civis pode dar ao Comando de uma força realizando uma OpHum, pois o pessoal de assuntos civis poderá esclarecer as diferenças culturais e religiosas; os simbolismos religiosos, a estrutura política e o sistema econômico da região afetada, e servir como um elo entre o comando e as ONG, dados estes de grande importância para o desenvolvimento das ações (EUA, 1994, p. 3.7).

Então, como podemos observar, não é de hoje que os EUA vêm discutindo e participando diretamente em OpHum. Entretanto, ressaltamos que além do real interesse em proteger vidas e minimizar os efeitos de um desastre natural, tem o interesse norte-americano em manter no seu entorno um ambiente seguro, que possibilite a prosperidade da região.

4.1.1 Lições Aprendidas

Ao longo de anos os EUA realizam exercícios e participam de inúmeras operações reais de assistência humanitária. De todas elas sempre observando os erros cometidos e os acertos obtidos, conseguindo melhorar o planejamento e a execução das OpHum, obtendo uma melhor coordenação entre as forças militares e as organizações civis.

Dentre algumas experiências selecionamos a participação das FA norte-

americanas no furacão Katrina que devastou Nova Orleans, no terremoto que assolou o Haiti e no tsunami que invadiu a Indonésia e mais dez países. Em todas estas ocasiões inúmeras lições foram aprendidas, resultando em aprimoramento das ações, como passaremos a ver a seguir.

4.1.1.1 Katrina

Em agosto de 2005 o furacão Katrina chegou à Louisiana, Mississippi, e Alabama com características de categoria “5”²⁷, causando uma inacreditável devastação, que atingiu cerca de 90% da cidade de Nova Orleans, matando mais de 1.300 pessoas, tornando-se o maior desastre natural dos EUA.

Neste episódio, mesmo com grandes perdas, o emprego das FA norte-americanas no interior de seu próprio território requer a obtenção de autorização, pois dentro do Plano Nacional de Resposta, em caso de um desastre natural as primeiras ações serão adotadas pelas autoridades locais, seguindo-se o apoio das localidades vizinhas, para posterior emprego de forças federais (USA, 2006, p. 7).

Neste caso, como a situação causada pelo Katrina excedeu a capacidade das autoridades locais foi autorizada a participação de forças federais nas ações humanitárias. Sendo assim, a *US Navy* constituiu a Força-Tarefa 20, que estava embarcada no *USS Bataan* (LHD-5)²⁸, composta por um total de 17 navios, incluindo navios de assalto anfíbio, navios de suprimentos, navios de salvatagem e um navio hospital (USA, 2007b, p. 5.1).

O navio hospital utilizado foi o *USNS Comfort*²⁹, que chegou à área de operações após somente dois dias de preparação. No período que permaneceu na área apoiou no

²⁷ A categoria 5 refere-se a Escala de Saffir-Simpson que vai de 1 a 5. Sendo que o furacão categoria 5 tem ventos de mais de 249 km/h.

²⁸ USS Bataan (LHD-5) foi comissionado em 1997 e pertence a classe *Wasp-class amphibious assault ship*. Esta classe tem a capacidade do desembarque por helicóptero e por doca, por isso a abreviatura LHD (*Landing Helicopter Dock*)

²⁹ USNS Comfort é um navio hospital, sendo o segundo da classe *Mercy-class hospital*.

atendimento de 2.000 pacientes, retirando-se da área no dia 13 de outubro.

No transcorrer das ações desenvolvidas alguns aspectos mereceram destaque, pois careciam de uma posterior análise de modo a permitir o aprimoramento das ações a serem desenvolvidas em futuras operações. Ao consolidar a análise, algumas lições aprendidas foram elaboradas para que em futuras operações pudessem ser alcançados níveis maiores de eficiência.

Algumas destas lições transcrevemos no Anexo F, onde destacamos que a MEU, por sua capacidade e meios disponíveis, é considerada a unidade com as dimensões ideais para emprego em situações de catástrofes naturais.

4.1.1.2 Indonésia

Em 26 de dezembro de 2004, um forte terremoto ocorreu no fundo do mar, no Oceano Índico, próximo a costa da Sumatra, gerando o mais destrutivo tsunami que afetou 11 países, desde a Indonésia até o sul da África, causando a perda de cerca de 230.000 pessoas. A destruição foi mais intensa na província de Aceh da Indonésia, onde vilas inteiras foram destruídas, em minutos, assoladas por enormes ondas (ELLEMAN, 2007).

Os efeitos deste tsunami foram além do terrível custo de vidas, causaram imensuráveis perdas nos diversos setores da sociedade, colapsando boa parte da infraestrutura existente, destruindo pontes, rodovias, portos e sistemas de comunicações.

Nestas circunstâncias de sofrimento humano os EUA apresentaram-se como uma peça importante com capacidade de prover meios necessários para a execução de uma robusta OpHum multinacional, envolvendo o fornecimento de vasta quantidade de alimentos, água e outros suprimentos, bem como assistência médica em socorro a milhares de pessoas afetadas (ELLEMAN, 2007, p. 27).

Nas duas primeiras semanas, após a crise causada pelo *tsunami*, as forças militares

norte-americanas já dispunham de quinze mil militares provendo ajuda humanitária. E a *US Navy*, neste quadro desempenhou um papel importante, onde a possibilidade de prover todo o apoio provindo do mar sobressaía como sua principal vantagem; para tanto foram empregados vinte e cinco navios (ELLEMAN, 2007, p. 27).

Um dos primeiros meios a chegar à região afetada foi o *USS Abraham Lincoln*³⁰, que chegou no dia 01 de janeiro, fato possível porque se encontrava no porto de Hong Kong. A sua maior dificuldade foi a obtenção de informações detalhadas sobre a área de operações para o planejamento inicial. Contudo, alterações no adestramento foram possibilitando os militares envolvidos nas ações de ajuda humanitária desempenhar suas funções com segurança e eficiência.

Os militares que participaram das ações receberam novas doses de vacina para imunização, sendo também, fornecidos protetores solares e repelente de mosquito. Já os pilotos e as tripulações dos helicópteros treinaram o transporte de carga externa e tiveram aulas de primeiros socorros, úteis quando estivessem realizando uma operação de evacuação aeromédica. Como a área de operações seria na Indonésia, um país muçumano, foi ministrado um treinamento cultural, nos quais enfatizaram os possíveis pontos de fricção.

Para o desenvolvimento das ações de ajuda humanitária realizada por militares norte-americanos o nível de rejeição e desconfiança que os indonésios tinham foi um ponto sensível, a ponto de o governo norte-americano se comprometer junto às autoridades da Indonésia, que tropas norte-americanas não se estabeleceriam em bases terrestres, e sim permaneceriam embarcadas. A necessidade deste comprometimento em parte reflete o profundo receio dos indonésios dos norte-americanos estarem lá para tentar convertê-los ao cristianismo, e que a força, na realidade, estava planejando uma invasão.

Com a chegada do *USNS Mercy*, um navio hospital, o sentimento de medo quanto

³⁰ *USS Abraham Lincoln (CVN-72)* é um porta-aviões de propulsão nuclear da classe *Nimitz*.

à intenção de conversão arrefeceu, pois era parte da tripulação um capelão naval mulçumano, demonstrando a intenção de respeitar a livre escolha da religião e que o verdadeiro propósito era minimizar o sofrimento humano (ELLEMAN, 2007, p. 37).

Outro ponto que causou grande desconfiança por parte das autoridades da Indonésia foram os voos realizados pelas aeronaves P-3 Orion³¹, aviões que saíam das bases na Tailândia para realizarem um levantamento fotográfico da área. Esta ação foi considerada como um pretexto de levantamento de informações para futuras operações. Mais uma vez os norte-americanos explicaram que o propósito da realização daquelas missões, era fazer um levantamento da infraestrutura atingida (ELLEMAN, 2007, p. 38).

Com todas estas possibilidades de fricção, a capacidade proporcionada pela *US Navy* em possibilitar a tropa operar a partir do mar, e de não haver a necessidade do estabelecimento de uma base terrestre, contribuiu para reduzir a exposição dos militares norte-americanos, reduzindo a fricção e facilitando alcançar os objetivos estabelecidos para missão.

O apoio logístico baseado no mar ajudou a eliminar indesejáveis acidentes e incidentes, o que contribuiu para a *US Navy* apoiar com 1,5 milhões de litros de água, 18 milhões de toneladas de gêneros e atender a milhares de pessoas. Este fato mereceu comentários de civis da assistência humanitária, ressaltando o rápido atendimento às vítimas da província de Aceh, que se encontrava isolada (ELLEMAN, 2007, p.39).

Apesar do sucesso obtido alguns críticos apontaram que o custo de operação de um porta-aviões neste tipo de operação é muito alto, e que talvez a utilização de navios, tais como os novos *Litoral Combat Ships (LCS)*³², que podem chegar mais rápido à área de

³¹ O **P-3 Orion** é uma aeronave de patrulhamento marítimo de longo alcance que opera a partir de uma base em terra.

³² *Litoral Combat Ships (LCS)* são navios destinados a operar próximo ao litoral. Projetos LCS são ligeiramente menores do que fragatas norte-americanas, e tem sido comparado a corvetas de outras marinhas. No entanto, os projetos LCS adicionaram algumas capacidades: convés de voo e hangar com possibilidade de basear dois helicópteros SH-60 *Seahawk*, a capacidade de recuperar e lançar pequenos embarcações a partir de uma rampa de popa, e capacidade de desembarque, em uma instalação portuária *roll-on/roll-off*, de carga e de uma pequena força de assalto com veículos blindados.

operação e permanecer operando teria um custo diário menor (ELLEMAN, 2007, p. 91).

Apesar do enorme impacto psicológico causado com o envio de um aeródromo, não podemos esquecer sua capacidade de coordenação logística, de comunicação e o suporte para uma diversidade de atividades. Desta forma provou para muitos que além de projetar poder ele poderia projetar ajuda (ELLEMAN, 2007, p. 92).

Na OpHum há grande ênfase na utilização de helicópteros, causando extraordinária demanda de pilotos, tripulação e equipes de manutenção. Outra demanda importante nas operações aéreas é a necessidade de militares fluentes na língua local, permitindo a coordenação com as torres de controle de terra e na interação com a população em terra, de modo a orientá-los quanto aos aspectos de segurança relacionados com a aeronave (ELLEMAN, 2007, p. 94).

Ao final das ações militares na Indonésia os EUA conseguiram muito mais do que salvar vidas. Conseguiram conquistar corações e mentes em uma população a princípio contra a influência norte-americana, como podemos observar em ELLENAM, 2007.

4.1.1.3 Haiti

Em 12 de janeiro de 2010, a cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, foi assolada por um terremoto de 7.0 de magnitude na escala Richter³³, causando grande destruição na cidade e em seus arredores. Nesta ocasião estima-se que 230.000 pessoas morreram e outras 197.000 ficaram feridas, provocando um deslocamento interno da população entorno de 1,7 milhões de pessoas, sendo que destas, 700.000 foram da capital. Estes números exemplificam melhor as dimensões deste desastre.

No mesmo dia o presidente haitiano declarou estado de emergência e solicitou

³³ Escala Richter atribui um número único para quantificar o nível de energia liberada por um terremoto, variando de 1 a 10.

ajuda à comunidade internacional, prontamente respondida pelo Governo americano e aceita pelo Governo haitiano. Neste momento, o presidente americano declarou que a ajuda ao Haiti era prioritária e designou a *United States Agency for International Development (USAID)* como a agência líder (USA, 2010c, p. 2).

Todos tinham consciência que uma rápida resposta disponibilizando pessoal e equipamentos seria indispensável para o sucesso nas tarefas de salvar vidas e socorrer os feridos. Nesta proporção de calamidade era essencial o emprego das FA, que rapidamente poderiam disponibilizar meios e pessoal para atuarem na assistência humanitária.

Com este enfoque o USSOUTHCOM no dia 13 de janeiro encaminhou, por via aérea, em 02 aeronaves C-130 Hércules³⁴, uma equipe de 30 pessoas assim composta: engenheiros militares, uma equipe controladora de voo e um grupo de comando e controle. Grupo este que nucleou o comando combinado exercido pelo Lieutenant General P. K. Keen, imediato do USSOUTHCOM, que se encontrava no Haiti por ocasião do terremoto.³⁵

O USSOUTHCOM durante todo o período monitorou de perto a evolução da situação, sempre trabalhando com o Departamento de Estado Americano, USAID e outras organizações internacionais. Neste monitoramento alguns assuntos eram acompanhados com maiores detalhes tais como: segurança interna, situação da infraestrutura, evolução da situação de saúde, condições de governabilidade, migração interna, condições climáticas, atividades desenvolvidas por outros órgãos, noticiário da imprensa e, atividade e apoio prestados por outros países. Um maior detalhamento de cada item pode ser obtido no Apêndice B.

A rápida resposta das FA norte-americanas foi possível, principalmente, devido à existência de três unidades operativas em estado de prontidão, como todos os seus meios e pessoal disponíveis e preparados para emprego imediato. Estas unidades eram a 22^a e a 24^a

³⁴ Aeronave com quatro turbo propulsores, cuja função principal é o transporte aéreo em várias FA do mundo.

³⁵ Estas informações foram coletadas pelo autor nas reuniões que ocorriam no USSOUTHCOM, quando, o mesmo exercia a função de Oficial de Ligação da MB junto ao Comando Sul dos *Marine*, na cidade de Miami.

MEUs, embarcadas no *USS Bataan* (LHD 5) e no *USS Nassau* (LHA 4)³⁶ respectivamente, e o *USS Gunston Hall* (LSD 44)³⁷, que estava designado para participar de exercício de cooperação e segurança como países parceiros no continente africano.

O primeiro meio naval norte-americano a chegar ao Haiti foi o *USCG Cutters*, da guarda costeira, com um deslocamento de 1.800 ton, e com capacidade de prover limitado apoio aéreo, entrando na área de operações o dia seguinte ao terremoto. Isto foi possível, pois a Guarda Costeira dos EUA mantém navios em constante patrulhamento na região, com a finalidade de impedir a imigração ilegal por via marítima.

Já no terceiro dia após o terremoto veio o *USS Carl Vinson*³⁸, com capacidade de prover apoio com 19 helicópteros, 35.000 toneladas de água potável, três centros cirúrgicos, 51 leitos para internação e capacidade de comunicação. Provando mais uma vez que um navio desta classe pode ser empregado em OpHum de forma eficiente e com grandes resultados.

Com o passar do tempo, mais meios foram somando-se aos já posicionados na área de operações. Dentre estes destacamos, de novo, a participação do *USNS Comfort* (T-AH-20), com capacidade de prover 300.000 toneladas de água potável, 12 salas de cirurgia, 250 leitos para internação, sendo que no dia 23 de janeiro expandiu sua capacidade para 1.000 leitos³⁹, e uma equipe de 500 profissionais de saúde.

Todas estas ações produziram alguns ensinamentos que foram coletados e concentrados num documento preparado pelo Centro de Lições Aprendidas do *US Marine Corps*, do qual ressaltamos que com as operações baseadas no mar o escalão de uma MEU quando realizando uma OpHum próxima ao litoral é o mais apropriado, pelos mesmos

³⁶ *USS Nassau* (LHA-4) foi recentemente descomissionado em março de 2011, pertencia á classe *Tarawa class amphibious assault ship*, sendo esta uma classe que precedeu a *Wasp-class*.

³⁷ *USS Gunston Hall* (LSD-44) foi comissionado em 1989 e pertence à classe *Whidbey Island-class dock landing ship*. Esta classe tem a capacidade de desembarque por doca.

³⁸ *USS Carl Vinson* é um porta-aviões da classe *Nimitz*, que estava operando no Atlântico Norte, quando foi redirecionado para atuar no Haiti.

³⁹ Dado retirado do sitrep do dia 23 de janeiro realizado no auditório do USSOUTHCOM, presenciado pelo autor.

motivos expostos no caso do Katrina.

Outro importante ponto é referente ao custo para operar uma MEU, podendo este chegar a ser até 30 vezes menor que ao de se operar uma tropa equivalente do exército. Isto deve-se, principalmente, ao esforço logístico que deverá ser realizado para desdobrar e manter a tropa do exército. Os demais ensinamentos podem ser lidos no Anexo E (USA, 2010c).

4.2 Canadá

O governo do Canadá em seu documento *Canada First Defence Strategy* (CANADÁ, 2006) estabelece claras regras para suas FA de acordo com os interesses de seu povo. Para isto propõe um delineamento de investimentos para a modernização de suas FA, tornando-a moderna e bem equipada para enfrentar os desafios do século 21.

Este documento estabelece que ao final do projeto as FA canadenses deverão ser capazes de atuar em até seis tipos de missões distintas simultaneamente, dentre os quais destacamos a capacidade de empregar suas FA em qualquer lugar do mundo, por um curto período, em atendimento a uma crise; e o de apoiar as autoridades civis canadenses durante uma crise interna, tal qual um desastre natural (CANADÁ, 2006, p. 3).

Focando na contribuição com a paz global, na garantia da prosperidade do Canadá, na segurança, na estabilidade internacional e por que não em ser visto como ator internacional é necessário que as FA canadenses tenham a capacidade de contribuir em todas as operações internacionais, desde a assistência humanitária até as ações de combate (CANADÁ, 2006, p. 8 - 9).

E, com o propósito de orientar as ações na condução das OpHum o Chefe do Estado-Maior de Defesa Canadense elaborou um plano denominado *CEFCOM Humanitarian Operations Contingency Plan* (CANADÁ, 2010). Este plano divide a assistência humanitária em três estágios, o resgate (de um a sete dias), o auxílio (de oito a 50 dias) e o

restabelecimento (mais de 50 dias) e a considera como sendo uma ação de proteção a população, apoio na provisão de comida, água, abrigo e serviço de saúde.

Da mesma forma como nos EUA, as FA canadenses em caso de um evento doméstico somente atuarão quando solicitada para prover serviço público em apoio às autoridades civis. Já em eventos externos que a diplomacia canadense julgar pertinente as FA canadenses poderão contribuir durante todos os estágios de uma ajuda humanitária. Porém, para efeito de planejamento a duração de uma OpHum não deverá exceder em 40 dias de operação na área (CANADÁ, 2010, p. 6/33).

Após 48 horas da decisão de empregar as FA o plano de contingência prevê o envio de um Pacote de Reação Rápida, *Rapid Reaction Package (RRP)*, constituído de elementos básicos para operação do grupo-tarefa que irá operar na área de operações. O RRP visa a uma rápida resposta e à visibilidade da presença do país, devendo ter capacidade de Comando e Controle (C2) e ser responsável por preparar e conduzir a recepção e a integração do grupo tarefa (CANADÁ, 2010, p. 13/33 – 14/33).

Durante a fase de planejamento de um OpHum considera-se a possibilidade do emprego das FA canadenses na coordenação de evacuação e repatriação de cidadãos. Por isto, elas deverão ter flexibilidade para o cumprimento desta tarefa (CANADÁ, 2010, p. 13/33).

Como já mencionado, a grande dificuldade nos momentos iniciais de uma crise é a obtenção de informações precisas para o planejamento inicial. Neste caso, o plano de contingência canadense estabeleceu algumas informações críticas que devem ser buscadas, das quais destacamos se o governo do país afetado aceita ou não a ajuda internacional (CANADÁ, 2006, p. 18 - 19/33). As demais informações podem ser lidas no Anexo H.

Para a assinatura de acordos bilaterais o plano de contingência estabelece alguns pontos que podem ser observados, tais como: a jurisdição disciplinar e criminal, definição das forças e equipamentos envolvidos e o transporte e uso de armamentos portáteis. Como os

acordos, normalmente, estabelecem que a segurança seja provida pelas agências locais ou pelas FA do país afetado, as FA canadenses padronizaram que os armamentos portáteis da tropa permanecerão em um contêiner lacrado, somente sendo autorizada sua utilização com ordem do Comando Superior (CANADÁ, 2010, p. 20-21/33).

Mas, mesmo antes da expedição do plano de contingência, em 2005, durante a crise humanitária causada pelo Katrina, o governo canadense ofereceu ajuda aos EUA, que logo foi aceita. Nesta operação foram mobilizados 900 militares, sendo parte deslocada para a área de operações por meio de aeronaves C-103 Hércules. Em complemento ao esforço foram disponibilizados os meios navais, sendo um da Guarda Costeira e três navios da Marinha Canadense, a saber, *HMCS Athabaskan* (destróier da classe *Iroquois*) e as fragatas da classe *Halifax*, *HMCS Ville de Quebec* e a *HMCS Toronto* (CANADÁ, 2005).

Nesta ação como tivemos o emprego de navios escoltas em OpHum, comprovando sua flexibilidade, mesmo com limitada capacidade logística. Esta forma de emprego permitiu ao Canadá mostrar sua bandeira perante a comunidade internacional.

Como observamos, o Canadá busca manter suas FA em condições de apoiar países afetados por desastres naturais, buscando sempre alinhar as ações a serem desenvolvidas por suas FA com os interesses da diplomacia canadense, claramente exposto no documento “O Canadá e as Américas – Prioridades e Progressos” da seguinte forma: [...] o comprometimento do Canadá com a governança democrática, a prosperidade econômica e a segurança estão estreitamente ligadas ao dos nossos vizinhos hemisféricos. O que afeta as Américas tem um impacto direto sobre o Canadá. [...] (CANADÁ, 2009)

4.3 Reino Unido

No caso do Reino Unido a parcela da missão atribuída às FA é de prover segurança e proteção ao Reino Unido, assistindo quando requerido a evacuação de cidadãos

britânicos e poderá apoiar as autoridades civis do Reino Unido. No campo das OpHum as FA contribuirão com os interesses britânicos, a ordem internacional e os princípios humanitários, sendo este de acordo com o preconizado pela ONU⁴⁰.

Para o cumprimento desta parcela da missão, e com o propósito de orientar o planejamento e a conduta dos militares que irão participar de OpHum foi elaborado o manual denominado *JWP 3-52 Humanitarian/Disaster Relief Operations* (REINO UNIDO, 2002), decorrente de experiências obtidas anteriormente.

Na verdade, este manual não apresenta nenhuma novidade sobre o tema a não ser uma tabela com os tipos de desastres naturais e prováveis causas, os danos e as necessidades mais prováveis. Este instrumento serve como um ponto inicial do planejamento de uma OpHum, orientando quais os possíveis meios que deverão ser utilizados. Para que possa ser consultada, a tabela encontra-se no Anexo A (REINO UNIDO, 2002, p. 1A-1 / 1A-7).

Outro ponto que destacamos neste manual são os tópicos a serem observados no momento da elaboração do acordo bilateral com o país afetado, dentre estes destacamos o status atribuído ao pessoal envolvido (imunidade e privilégios); os acordos jurisdicionais; a isenção de taxas e impostos; a isenção do controle de imigração e da regulação de importações; a utilização de uniformes; o uso e o porte de armamentos portáteis para autodefesa; o estabelecimento de regras de engajamento prevendo a autodefesa; o uso de viaturas britânicas; a validade das carteiras de direção britânicas e a responsabilidade pela investigação de acidentes (REINO UNIDO, 2002, p. 2-7)

4.4 Outros Países

Ao citarmos anteriormente alguns países não os qualificamos como os principais atores da comunidade internacional no apoio a assistência humanitária. De um modo geral,

⁴⁰ Dados obtidos por um email enviado pelo Adido Naval da Inglaterra, CMG Fuad Gatti Kouri, para o autor.

todos os países consideram importante a manutenção de um ambiente seguro e sustentável em seu entorno, onde situações de crises podem provocar instabilidade trazendo consigo a insegurança e interferências aos seus interesses. Sendo assim veremos:

Austrália - na nova ordem mundial a Austrália busca assumir o papel de liderança regional nas coalizões com outros países. Para tal lançou o *Future Maritime Operating Concept – 2025*, abordando a assistência humanitária como sendo uma implicação resultante das mudanças climáticas e do crescimento populacional (AUSTRÁLIA, 2010, p. 8).

E, em seu documento *Defence White Paper 2009* estabelece como segunda prioridade das FA australianas a estabilidade e a segurança do Pacífico Sul e do Timor Leste, onde deverá conduzir operações militares em coalizão com outros Estados, provendo assistência humanitária e auxílio em desastres naturais (AUSTRÁLIA, 2009, p. 13).

Ainda na *Defence White Paper 2009* fica estabelecida que a capacidade anfíbia para o ano de 2030 será provida por dois *Landing Helicopter Dock (LHD)*, sendo que o primeiro está previsto para ser comissionado em 2014 e pertence à Classe Camberra. Estes novos meios proporcionarão a capacidade de projeção de poder e permitirão prover um apoio logístico em melhores condições às OpHum, principalmente em áreas que a infraestrutura de terra foram danificadas ou são inexistentes (AUSTRÁLIA, 2009, p. 73).

Mas a política do governo australiano nem sempre foi favorável a prover ao seu poder naval capacidade de responder a ajuda humanitária. Durante a década de 80, o governo considerou inapropriada a capacidade anfíbia para a estrutura de defesa do país. Entretanto, as sucessivas crises regionais que demandaram a solicitação de ajuda humanitária mostraram que a capacidade expedicionária e de intervenção só seriam possíveis com a existência de navios anfíbios.

Visto que, por decisão do alto comando, passou-se a planejar a aquisição de navios anfíbios que ampliassem a capacidade anfíbia, esta iniciativa culminou recentemente

com a aquisição por oportunidade do RFA Largs Bay, um navio de propósito múltiplo da classe Bay (LSD), comissionado na marinha britânica no ano de 2006

Portugal – como nos demais países do mundo é função da defesa militar apoiar a política externa, e dentre suas tarefas, a marinha portuguesa realiza a de defesa coletiva e expedicionária, afirmando-se internacionalmente com uma participação ativa nos interesses da comunidade internacional, sobretudo no âmbito da ONU, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia (UE), sendo importante destacar a participação junto da Força Naval Europeia (EUROMARFOR).

A EUROMARFOR é uma força naval multinacional, criada em 1995, de caráter não-permanente, podendo ser configurada para as especificidades de cada missão, o que lhe confere uma elevada flexibilidade de emprego. Esta força é composta por meios navais da França, Portugal, Itália e Espanha, tendo como vocação o desempenho de missões humanitárias, de manutenção da paz e de gestão de crise (PORTUGAL, 2009b, p. 8).

E, juntamente com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da qual o Brasil faz parte, Portugal vem realizando exercícios com o propósito de promover a cooperação e a integração dos esforços para contrapor-se a uma crise, culminando, no corrente ano, com a realização da Operação FELINO. Esta operação foi realizada na região de Cabo Ledo, Angola, com o propósito de organizar e treinar o Comando Operacional de uma Força-Tarefa da CPLP, elevando a capacitação de intervir em missões de Manutenção da Paz e de Ajuda Humanitária, bem como em ações de Busca e Salvamento. A participação brasileira neste exercício foi com um grupo de observadores (BRASIL, 2011a, p. 2).

Dentre outros exercícios realizados por Portugal com o tema de assistência humanitária, no ano de 2009 foi realizado um exercício para testar a prontidão da Força-Tarefa Naval Permanente, que é constituída por unidades navais – fragatas, corvetas, navio de apoio logístico e um submarino, unidade de fuzileiros navais e um destacamento de

mergulhadores.

Neste exercício realizado em 2009, denominado de Primeiros Alvores, foi delineada uma situação de calamidade pública, causada por um terremoto de grande intensidade. Durante a execução do exercício ficou clara a importância de informações detalhadas sobre a situação da área afetada. Neste exercício, vemos mais uma vez o emprego de navios escoltas em OpHum; outro tópico que observamos foi no caso de necessidade da atracação do navio deve-se ter o cuidado de garantir condições de segurança em torno do ponto de atracação, pois o desespero e a carência da população podem gerar situações de grande tensão (PORTUGAL, 2009a, p. 10-11).

Espanha – dentre as tarefas das FA espanholas atribuídas na Diretiva de Defesa Nacional 01/2008, no âmbito internacional, temos a de apoiar a contribuição da Espanha, sob o âmbito do Conselho de Segurança da ONU, para a defesa da paz e da segurança internacional. Para isto prestará apoio nas operações de apoio à paz e de ajuda humanitária (ESPANHA, 2008).

Visando a manter a marinha espanhola em condições de bem cumprir esta tarefa estão em construção 4 navios de ação marítima (*Buque de Acción Marítima* - BAM), sendo o primeiro entregue recentemente. Esta nova classe de navio foi concebida para cumprir missões em cenários de baixa intensidade. A previsão é que eles substituam navios patrulhas atualmente em operação.

Os novos BAM têm o comprimento de 93,9 metros, com um deslocamento de 2.500 ton, velocidade máxima de 20 nós, e segundo o próprio Ministro da Defesa será um navio com grande versatilidade, podendo operar no monitoramento de poluição marítima, apoiar situações de crises e de ajuda humanitária e em operações de combate, como as de contra pirataria desenvolvida na costa da Somália (ESPANHA, 2009), concepção alinhada com procedimentos de outros países de utilizar navios deste porte em OpHum.

Chile – abordaremos o emprego das FA chilenas durante o terremoto ocorrido em seu território no dia 23 de fevereiro de 2009. Apesar de ser um emprego em uma crise interna, a experiência das FA chilenas serve para balizar o possível emprego de nossas FA.

O emprego das FA chilenas em caso de desastre natural em seu território só é possível no caso da declaração do “estado de exceção constitucional de catástrofe”, momento em que os Ministérios do Interior e da Defesa Nacional elaboram um plano para as emergências, cabendo às FA dispor dos meios de forma a assegurar seu oportuno emprego, integrar os comitês de emergências, apoiar quando solicitado de acordo com a disponibilidade, e informar as atividades realizadas.

A primeira atividade desenvolvida pelas FA chilenas no terremoto foi o levantamento da magnitude dos danos causados, pois nos primeiros momentos a maior dificuldade encontrada, nas áreas mais afetadas foi a perda total dos sistemas de comunicação.

No decorrer das ações outras atividades foram atribuídas às FA, tais como: escoltar os comboios de ajuda humanitária; estabelecer a segurança dos prédios públicos; segurança dos locais de armazenagem e distribuição de doações; e ajudar na preparação e distribuição do material doado. De um modo geral, neste evento, ficou clara a versatilidade e flexibilidade com que as FA podem ser empregadas, de forma a poder complementar as agências governamentais no cumprimento de suas tarefas⁴¹.

Ao terminarmos a abordagem sobre a forma que alguns países contribuem com a comunidade internacional, elencamos suas diretrizes, meios empregados e algumas lições aprendidas no decorrer de operações já realizadas. Ensino, estes que serão utilizados no decorrer do próximo capítulo, onde falaremos da atuação do Brasil nas OpHum.

⁴¹ Dados extraídos da apresentação proferida pelo governo chileno no Seminário Internacional, realizado em Ica, Peru, como o tema “A participação dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas em caso de Desastres Naturais. Esta apresentação foi cedida pelo CMG(FN) Luiz Carlos Brito Cunha da Sub Chefia de Operações do EMCFA.

5 O BRASIL E AS OPERAÇÕES HUMANITÁRIAS

No Brasil, o emprego das FA em assistência humanitária não é novidade, pois este tipo de ação faz parte do cotidiano das forças, como exemplo: o combate à fome e à seca no Nordeste; os Navios da Esperança na região amazônica, que levam assistência hospitalar aonde o Estado não chega; o auxílio em enchentes e deslizamentos frequentes na estação das chuvas; e inúmeras outras situações.

Com toda a experiência de nossas FA será, realmente, necessário o desenvolvimento de uma doutrina sobre OpHum para MB? Ou há necessidade de um documento normatizador do MD, para orientar o planejamento das FA, de modo a estarem prontas para atender quando solicitadas?

É inegável que a participação em uma OpHum dá grande visibilidade ao país, principalmente quando participa ativamente das ações desenvolvidas, desde os primeiros momentos.

Devido à tendência da cooperação entre os países, o Brasil deverá estar pronto para rapidamente responder aos efeitos causados por catástrofes naturais, principalmente em seu entorno estratégico. Mas antes que as FA possam cumprir sua missão, alguns marcos regulatórios devem ser seguidos, dando legalidade às ações desenvolvidas.

5.1 Legislações Pertinentes/ Base Legal

No cenário interno, o MD, por meio de suas FA, vem desempenhando seu papel Constitucional subsidiário, conforme estabelecido no artigo 16º da Lei Complementar nº 97/1999 (BRASIL, 1999), de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil. Além disso, o artigo 3º da Lei nº 12.340/2010 (BRASIL, 2010) menciona que “o poder Executivo federal apoiará, de forma complementar, os Estados, Distrito Federal e os

Municípios em situação de emergência e calamidade pública”.

Devendo ser ressaltado, que desde 2001 o MD orienta as FA no planejamento, na coordenação e na execução das ações em apoio à defesa civil, por meio da Diretriz Ministerial nº 04, de 29 de junho de 2001, na qual motiva a cooperação das FA com os organismos da defesa civil, principalmente em eventos emergenciais inopinados, quando a rapidez da resposta poderá significar a vida de algumas pessoas.

E, mais recentemente, visando a aprofundar a participação da FA neste tema, o MD está elaborando um documento que adotará como referência a Política Nacional de Defesa Civil, atualmente em revisão pelo Ministério da Integração Nacional. Este documento visa, inclusive, a atender a determinação da Presidente da República, emanada no Decreto nº 7.436 (BRASIL, 2011b), de planejar o emprego das FA nas ações de defesa civil, compreendidas pelo comando e controle, logística e mobilidade.

De acordo com os dados obtidos junto à Subchefia de Operações do MD, a nova Política Nacional de Defesa Civil estabelecerá que as FA devam obter e manter as seguintes capacidades: evacuar vítimas e constituir equipes de resgate e salvamento; restabelecer, em caráter emergencial, as linhas de comunicações; realizar tratamento e suprimento de água; adotar medidas contra saques e depredações; e prestar atendimento emergencial de banho, saúde, lavanderia, sepultamento, desinfecção e desinfestação.

E para a atuação na esfera internacional quais as regulamentações que dão o embasamento legal? No que se refere à atuação do MD numa ajuda humanitária internacional, podemos dizer que os princípios legais estão escorados nos mesmos moldes do apoio à Defesa Civil e para o planejamento inicial da força os parâmetros contidos nestes documentos são adequados.

Cabe ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) determinar qual apoio será prestado, por meio de sua Agência Brasileira de Cooperação. Os Embaixadores do Brasil nos

países afetados são os responsáveis por viabilizar os desembarços, verificar o Acordo Técnico para a entrada e o emprego do material militar necessários. Por este motivo, o MD mantém um representante no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, de modo a poder atender aos interesses e necessidades das FA.

O certo é que as FA brasileiras devem estar prontas para auxiliar a política externa. Deste modo, a Política de Defesa Nacional (PDN), que é o documento de mais alto nível do planejamento da defesa, estabelece os objetivos e as diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional.

E dentre as orientações estratégicas contidas na PDN encontramos no item 6.17 que para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais.

Já quanto às diretrizes estratégicas que merecem ser observadas no intuito de alcançar os objetivos da Defesa Nacional encontramos no item 7.1, subitem XXV a de participar de missões de paz e **ações humanitárias**, de acordo com os interesses nacionais (BRASIL, 2005, grifo nosso).

5.2 O Ministério da Defesa e sua participação

Como já ressaltado anteriormente, o MD vem adotando medidas de forma a orientar o planejamento e o emprego das FA em OpHum. Para tal está em estudo, no MD, a emissão de um documento que consolide possíveis orientações da nova Política de Defesa Nacional Civil e as orientações estabelecidas pela Diretriz Ministerial nº 04/2001. Este documento também abordará o estabelecido no Decreto nº 7.436, de que cabe ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das FA (CEMCFA), coordenar os meios empregados das FA nas

ações de Defesa Civil que lhe forem atribuídas.

Dentre os documentos originados no MD temos a Doutrina Militar de Defesa estabelecendo a participação das FA em ações de caráter humanitário, quando houver uma solicitação de Estados-membros da ONU ou de qualquer outro organismo internacional do qual o Brasil seja partícipe; para uma urgente prestação de socorro aos nacionais de países atingidos pelos efeitos de catástrofes naturais ou decorrentes de guerra, tudo com o objetivo de proteger, amparar e oferecer bem-estar às populações vitimadas, respeitado o princípio da não-intervenção (BRASIL, 2007, p. 46 e 47).

Ainda na esfera do MD encontramos a Estratégia Nacional de Defesa (END), que em seu primeiro eixo estruturante, estabelece como as FA devem se organizar e se orientar para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra (BRASIL, 2008c, p.10).

A END, considerando a incerteza de ameaças ao País, declara que o preparo das FA deve ser orientado para o cumprimento de variadas missões para respaldar a política do Estado. Sendo assim, na elaboração das Hipóteses de Emprego a Estratégia Militar de Defesa contempla como uma das formas de emprego das FA a participação do Brasil em OpHum, regidas por organismos internacionais (BRASIL, 2008c, p.48).

Esta fração da END demonstra claramente que para um país candidatar-se a assumir posição de *global player* deve possuir FA prontas para atuarem em todos os níveis do espectro do conflito, conforme descrito na Figura 1 do Apêndice A, dando o respaldo militar as suas pretensões internacionais.

Por necessidade e permitindo verificar a capacidade das FA, apoiando-se nos marcos regulatórios até agora apresentados, o MD, juntamente com o MRE, coordenou a ajuda humanitária brasileira as vítimas dos terremotos ocorridos em 2010 no Haiti e no Chile.

No caso do Haiti ressaltamos que houve uma descontinuidade da governança do

país, visto que as estruturas do governo e da liderança da ONU foram duramente atingidas. Como resposta a este desastre, o Brasil formou o Gabinete de Crises, sob a coordenação do Gabinete de Seguranças Institucional, permitindo a mobilização das ações governamentais.

Neste cenário coube como atuação do MD, o emprego das FA no transporte logístico entre Brasil e Haiti; no armazenamento e distribuição dos donativos, por meio das tropas brasileiras no Haiti; e com a operação de um hospital de campanha da Força Aérea Brasileira (FAB).

Durante o apoio realizado pelo Brasil, a FAB realizou 156 missões de voo, totalizando 3,3 mil horas de voo; a MB realizou dois transportes marítimos de ajuda humanitária, empregando o Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC), sendo que em cada viagem foi transportado em média 590 ton de material humanitário; e o hospital de campanha realizou mais de 36 mil atendimentos e 1,4 mil cirurgias.

Concomitante com as ações realizadas no Haiti, o Brasil foi chamado a participar da ajuda humanitária no Chile, sendo que a grande diferença foi que não houve descontinuidade da governabilidade do país. Os danos causados afetaram principalmente o sistema de comunicações, os hospitais e o sistema de energia.

O governo brasileiro chegou a oferecer vários itens como ajuda, mas somente alguns foram aceitos. Dentre os aceitos temos: o apoio de dois helicópteros *Blackhawk*, que realizou transporte de pessoal e material; um hospital de campanha da MB, transportado por via aérea e instalado nos arredores de Santiago; 25 estações de telefonia por satélite, incluindo painéis solares e repetidoras; e 63 técnicos em avaliação de danos estruturais, para reforçarem as equipes chilenas, sendo motivo de nota que durante o voo de retorno 164 brasileiros foram repatriados.

Como considerações finais desses dois eventos o MD julgou que as FA deverão manter a capacidade de participar de OpHum, sempre com o foco de cooperação, voltada para

o apoio logístico; comando e controle; e apoio de pessoal especializado, dentre estes considerando-se a participação de pessoal para prover a segurança⁴².

Estas duas experiências permitiram confirmar as capacidades das FA em atuar numa OpHum Internacionais, apoiadas pelos marcos regulatórios até o momento existentes. Mas não podemos deixar de considerar que um documento único do MD, estabelecendo com uma visão estratégica e parâmetros para o emprego das FA, muito facilitaria o planejamento e melhoria a resposta a estas situações.

5.3 A Marinha do Brasil e as Operações Humanitárias

E como a MB poderia contribuir nas ações desenvolvidas em uma OpHum? Todas as ações desenvolvidas em uma OpHum estão descritas na doutrina vigente na MB? Os meios existentes são capazes de operarem em uma OpHum no entorno estratégico brasileiro? E para o futuro o que está previsto, o que pode ser alterado? Estas perguntas parecem fáceis de ser respondidas, mas requerem contínuo planejamento da MB.

Para tal, a END estabelece que para a MB assegurar a sua capacidade de projeção de poder ela deverá possuir meios de Fuzileiros Navais, em condição de pronto-emprego, sendo que tais meios são essenciais para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos águas jurisdicionais brasileiras; e, para atuar em operações internacionais de paz e em **OpHum** (BRASIL, 2008c, p. 20, grifo nosso). Cabe lembramos que para a atuação dos meios de Fuzileiros Navais são necessários os meios navais, que com seu apoio dará aos Fuzileiros Navais a capacidade de permanência na área.

Já na Doutrina Básica da Marinha (DBM) são estabelecidas as orientações para o planejamento, o preparo e a aplicação do Poder Naval Brasileiro (BRASIL, 2004b, p. V),

⁴² Dados obtidos junto ao CMG(FN) Luis Carlos Brito Cunha da Suchefia de Operações do MD.

sendo que o Poder Naval (PN), composto por meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais, contribui para conquista e manutenção dos objetivos identificados na PDN (BRASIL, 2005, p. 1-2). Dentre as formas de emprego do PN em tempo de paz, capaz de contribuir com a Política Externa do País, destacamos as seguintes: presença da força naval em áreas de interesse e as operações executadas em razão de compromissos internacionais (BRASIL, 2004b, p. 6-1).

A PDN também estabelece as formas de emprego das forças navais que podem vir a ser utilizadas dentro do aspecto amplo de todos os tipos de ações e de operações de paz, dentre estas formas citamos: contribuição para o apoio humanitário; assistência a refugiados por via marítima e a de respaldar a ação diplomática pela presença (BRASIL, 2005, p. 6-4).

Como vimos, o PN constitui um instrumento com reconhecida eficácia para a Política Externa Brasileira, pois quando corretamente empregado tem a capacidade de influenciar a opinião pública e as elites dirigentes do país-alvo (BRASIL, 2004). Cabe a ressalva que não encontramos na DBM uma definição para as OpHum.

Seria problema não termos a definição de OpHum na DBM? Com certeza não, pois, como já mencionado, não é de agora que a MB realiza assistência humanitária, principalmente quando falamos em Brasil. Ao longo dos anos, diversas foram as oportunidades da participação da MB no auxílio às populações atingidas por catástrofes naturais. Como exemplos, mais recentes, citam-se a participação no socorro das vítimas do deslizamento, ocorrido em janeiro de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro; e das vítimas da enchente ocorrida em São Lourenço do Sul, em março de 2011 (BRASIL, 2011a, p. 5).

E quais seriam os tipos de operações realizadas em uma OpHum? A resposta envolveria uma variedade grande de operações, podendo ser realizadas isoladamente ou ao mesmo tempo, exemplificando algumas mencionamos: apoio logístico móvel; de bloqueio; defesa de porto ou de área marítima restrita; controle naval do tráfego marítimo; operação de

esclarecimento; ações de defesa nuclear, biológica e química; garantia da lei e da ordem e evacuação de não-combatentes.

Como podemos verificar, as operações citadas anteriormente constam de diversos manuais doutrinários da MB, não sendo, portanto, necessário escrever uma nova doutrina para empregá-las no desenrolar de uma OpHum. Mas os mais céticos diriam, e a definição de OpHum, não há necessidade de tê-la?

Como resposta dentro do sistema de publicações da MB, encontramos o Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, que contém uma definição para as OpHum, abaixo descrita, e representada graficamente na Figura 9 do Apêndice A.

[...] as **OpHum** consistem de ações que viabilizam e cooperam com a execução de programas de contingência em resposta a um **desastre natural** ou a uma grave crise causada pelo homem, podendo ser executadas por efetivos desde uma fração de tropa até uma força-tarefa composta por elementos de várias forças e/ou países. [...] (BRASIL, 2008, p. 1-2, grifo nosso)

Neste manual também temos o conceito do Centro de Operações Civis-Militares, o mesmo do CMOC nos Estados Unidos e do UN-CMCoord na ONU. Como nos órgãos este centro é considerado de grande importância por coordenar as atividades desenvolvidas por militares e civis, diminuindo possíveis fricções durante o transcorrer de uma OpHum.

Então podemos concluir que a MB hoje dispõe das ferramentas doutrinárias necessárias para conduzir e participar de forma cooperativa das ações desenvolvidas em uma OpHum, desta forma cumprindo o preconizado na Doutrina Militar de Defesa, de estar pronta para participar de ações de caráter humanitária quando solicitada.

Já verificamos que doutrinariamente a MB não tem problema, mas podemos dizer que o PN tem condições de atuar em todo o entorno estratégico de forma a dar o respaldo à política externa? Para tal devemos estudar o PN de hoje e o planejado para o futuro.

5.3.1 Poder Naval de Hoje e de Amanhã

Para a DBM, as características do PN o possibilitam atuar em uma área extensa, por um longo período de tempo e nelas adotarem atitude ofensiva e defensiva. As possibilidades do PN qualificam-no como um importante ator na execução de uma OpHum.

As possibilidades do PN são possíveis graças as suas características que são: **mobilidade**, capacidade de deslocar-se a grandes distâncias; **permanência**, operar independente por longos períodos de tempo; **versatilidade**, capacidade de poder regular o poder de destruição; e **flexibilidade**, capacidade de organizar grupamentos operativos de acordo com a missão.

Sem dúvida as características enumeradas acima são fundamentais para o sucesso em uma OpHum. Mas, para que elas possam ser utilizadas devemos saber se temos e se teremos a capacidade física necessária ao PN para atuar no entorno estratégico proposto na Figura 3 do Apêndice A. Para tal precisamos estudar os meios hoje disponíveis na MB e o planejamento existente para futuros meios.

5.3.1.1 A Marinha de Hoje

Quando estudamos a Marinha de hoje não podemos deixar de considerar que os atuais recursos financeiros disponíveis vêm cobrando um alto preço na prontificação dos meios, meios estes necessários para dar a capacidade física para a MB atuar no entorno estratégico. Mas como convencer a sociedade da necessidade de investir na defesa do Estado, se ela mesma não reconhece nenhuma ameaça externa? Pergunta difícil de ser respondida.

Teria hoje a MB capacidade de realizar OpHum no entorno estratégico da defesa? Para responder deveremos verificar os meios componentes do PN brasileiro, quando abordaremos os principais meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais existentes, que

possam ser empregados em uma OpHum.

Não temos dúvida de que a disponibilidade dos meios navais está diretamente relacionada com a quantidade de recursos que estão sendo investidos na manutenção, modernização e aquisição, por construção ou por oportunidade. Mas apesar de todas as restrições orçamentárias a MB dispõe de meios navais com grande capacidade de atuação em uma OpHum, como veremos no prosseguimento desta seção.

Apesar de não ser um navio aeródromo (NAe), com propulsão nuclear, tal qual os norte-americanos da classe *Nimitz*, a Esquadra brasileira dispõe do NAe São Paulo. Mesmo o NAe São Paulo tendo a necessidade de reabastecimento frequente devido ao seu alto consumo de combustível, ele tem a capacidade de proporcionar na área de operações uma boa capacidade de Comando e Controle; a capacidade de operar como base logística no mar, provendo água e gêneros; e de ser utilizado como Navio de Recolhimento e Tratamento de Baixas (NRTB), recebendo vítimas que requeiram atendimento médico.

Não podemos deixar de considerar que sua presença na área de operações causa tão boa impressão como a conseguida pelo *USS Abraham Lincoln*, ao operar na Indonésia. Contudo, o alto custo para manutenção deste meio na área de operações deve ser levado em consideração.

Dentre os meios navais disponíveis encontramos as fragatas da classe Niterói e *Greenhalgh*, estas têm a mesma capacidade de operações dos navios empregados pelo Canadá e Portugal quando realizando OpHum. Como já discurremos, estes navios têm a capacidade de prover Comando e Controle, limitada capacidade de apoio logístico e limitada capacidade de receber vítimas que requeiram atendimento médico.

Mas, devido a sua velocidade e um tempo menor de preparo para suspender devemos considerá-los como propícios para serem os primeiros meios enviados para a área de operações, possibilitando mostrar a bandeira e a vontade de o Brasil participar de forma ativa

nas questões internacionais dentro de seu entorno estratégico.

Já as corvetas das classes Barroso e Inhaúma apresentam as mesmas características dos navios empregados pela guarda costeira dos EUA e pelos novos BAM em construção na marinha espanhola. Sua capacidade de operação na área de operações em muito se assemelha às fragatas, com a ressalva de terem menos recursos, o que aumenta suas limitações. Consideramos ideais para emprego das corvetas em cenários próximos a uma base de apoio.

Quanto à capacidade anfíbia da MB, podemos considerar que dependendo da disponibilidade, hoje temos a capacidade necessária para realizar uma OpHum em nosso entorno estratégico. A MB dispõe, atualmente de cinco navios de transporte e desembarque, sendo que dois Navios de Desembarque-Doca (NDD) Rio de Janeiro e Ceará; três NDCC Matosso Maia, Garcia d'Ávila e Almirante Sabóia. Ressaltamos que o NDD Rio de Janeiro, de acordo com o Almirante Prado Maia, Comandante do ComOpNav, será transferido para a reserva ainda este ano, notícia transmitida em palestra para turma do CPEM-2011.

Estes navios têm grande capacidade de transporte de material, capacidade de prover apoio logístico, capacidade de receber vítimas que requeiram atendimento médico e capacidade de Comando e Controle. A marinha norte-americana fez uso desses navios nos eventos do Katrina e da Indonésia, apresentando-se como uma alternativa para ampliar a capacidade da força além dos navios de propósitos múltiplos.

A manutenção da capacidade anfíbia de nossos meios navais é importante para que tenhamos condições de atender quando necessário a uma solicitação de ajuda humanitária, principalmente quando esta ocorrer próximo ao litoral ou em áreas em que toda a infraestrutura de terra foi destruída. Esta necessidade recentemente foi sentida pela Austrália, que decidiu, como já vimos, investir em ter esta capacidade.

Como podemos verificar, somente foram mencionados os principais meios navais

da Esquadra brasileira, sediada na cidade do Rio de Janeiro, não foram considerados os meios dos Distritos Navais espalhados pelo território brasileiro. Contudo, em caso de um OpHum em apoio à Defesa Civil, estes meios prontamente poderão responder às necessidades locais, sendo reforçados pelos meios da Esquadra em caso de necessidade.

Falamos de capacidade anfíbia sem mencionarmos os meios de Fuzileiros Navais seria um erro, porém, é importante sabermos que doutrinariamente eles são empregados por meio de organizações-por-tarefas, constituindo Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav).

O GptOpFuzNav é uma organização que possui meios de comando e controle, de combate terrestre, de combate aéreo e de apoio logístico, conforme apresentado na Figura 10 do Apêndice A. Estes meios são dosados de forma harmônica e equilibrada tornando-o capaz de operar e cumprir os mais diversificados tipos de missões, evidenciando suas características de versatilidade e flexibilidade, capacidade representada na Figura 11 do Apêndice A.

Estes componentes podem ser acionados rapidamente, devido a sua prontidão operativa, e reunidos de forma a permitir um eficiente embarque nos meios navais, com todas as facilidades logísticas necessárias para operar. De um modo geral os GptOpFuzNav são organizados de acordo com o valor da tropa correspondente ao componente de maior escalão, com as seguintes denominações: Brigada Anfíbia (BAnf), Unidade Anfíbia (UAnf) e Elemento Anfíbio (ElmAnf).

Atualmente, a Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), baseada na cidade do Rio de Janeiro, mantém uma força de emprego rápido (FER) no valor UAnf, em condições de ser empregado em curto espaço de tempo, normalmente em até 48 horas, sendo capaz de logisticamente ser autossustentar somente como o apoio dos meios que o transporta, por um período de até cinco dias.

A UAnf poderá ser empregada de forma escalonada, enviando para área de

operações um escalão avançado de nível ElmAnf, possuindo uma estrutura de comando e controle para o porte de uma UAnf. Todavia, no caso de persistir a necessidade e com maior disponibilidade de meios e tempo, outros escalões poderão ser gradativamente desdobrados na área de operações, conforme representado na Figura 11 do Apêndice A.

O escalonamento do emprego da UAnf proporciona maior versatilidade e flexibilidade quanto à definição de sua constituição, pois já contará com informações mais precisas decorrentes do escalão avançado.

A versatilidade e flexibilidade proporcionadas pela forma de emprego aliada às características do PN qualificam a UAnf para o emprego em uma OpHum. Não devemos esquecer que no EUA a MEU foi considerada com sendo o valor de tropa ideal para o emprego em OpHum, e estruturalmente estas duas são bem semelhantes, como podemos verificar na Figura 12 do Apêndice A. A diferença que logo somos capazes de notar é a ausência de unidades aéreas na UAnf, que, contudo, esta é suprida pelos meios aeronavais embarcados.

Mas a UAnf e a MEU apresentam entre si outra grande diferença que não consta em suas estruturas. É que a MEU, diferente da UAnf, é empregada num regime de *deployment*⁴³, o que permite uma maior rapidez na resposta a uma crise e uma prévia adaptação nas áreas de operações onde poderão vir a ser empregadas.

Por último, e não menos importante, temos os meios aeronavais, cabendo lembrar que quase todos os relatórios mencionados nesta monografia relataram a importância desses meios nos momentos iniciais de uma crise humanitária, principalmente os de asa rotativa. Basicamente, estes meios são empregados em transporte de pessoal e material, resgate de feridos e reconhecimento aéreo.

Para o cumprimento destas tarefas iniciais em uma OpHum a Força Aeronaval da

⁴³ *Deployment* é o termo utilizado para definir o deslocamento de forças e seus respectivos meios logísticos, posicionando previamente as forças de pronto emprego para uma resposta quando e onde for necessária.

MB, baseada em São Pedro d’Aldeia – RJ, dispõe atualmente dos seguintes helicópteros: sete UH-14 (Super Pumar), 13 SH - 3A/B (Sea King), 27 UH - 13/12 (Esquilo) e um UH-15 (Super Cougar), recentemente entregue, todos em condições de operar em uma OpHum.

Ao analisarmos os fatos expostos podemos concluir que a MB dispõe dos meios necessários para participar de uma OpHum no espaço geográfico estabelecido pelo entorno estratégico. Mas como sabemos, o tempo de resposta em numa crise humanitária significa o número de vidas que poderão ser salvas ou não. Neste aspecto, a concentração dos principais meios no Estado do Rio de Janeiro, a não existência de uma tropa permanentemente embarcada no sistema de *deployment*, aliado às dimensões continentais do Brasil e sua vasta extensão do litoral pode se tornar um fator de fraqueza, pois torna o tempo de resposta dilatado.

Então, viabilizar a migração da forma hoje de emprego da FER para um regime de *deployment*, investindo no conjugado anfíbio, permitirá ao ComOpNav melhor atuar em sua área de interesse do entorno estratégico brasileiro. Desta forma teríamos uma redução considerável do tempo de resposta a uma solicitação de ajuda humanitária.

5.3.1.2 A Marinha do Futuro

“A Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores, de forma singular ou conjunta, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua missão”

Visão da MB

O Almirante-de-Esquadra Moura Neto, Comandante da Marinha, em suas palavras finais na palestra proferida aos oficiais alunos dos Cursos de Altos Estudos Militares, em 2011, declarou que, mesmo com as atuais dificuldades, a MB deverá buscar, firmemente, desenvolver um PN equilibrado, balanceado e moderno, com aptidão de dissuadir agressões e

estimular soluções pacíficas. Então, como podemos observar, ele está transmitindo as diretrizes de como deve ser conduzido o planejamento da Marinha do futuro.

Para tal, a MB elaborou um o PAEMB que tem como efeito desejado a obtenção de capacidade plena para o cumprimento das tarefas básicas do PN: negar o Uso do Mar ao Inimigo, projetar Poder sobre Terra, controlar Áreas Marítimas e contribuir para a Dissuasão Estratégica. E, também busca obter capacidade para o cumprimento das atividades subsidiárias afetas à Autoridade Marítima, bem como para a realização de operações de manutenção da paz, sob a égide de organismos internacionais, operações humanitárias e de resgate de não combatentes no exterior.

Ao observamos o PAEMB podemos notar que o prazo para execução do plano é até 2030, subdividido em ações de curto prazo (2010-2014), médio prazo (2015-2022) e de longo prazo (2023-2030). Compreendendo todos os meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais a serem obtidos ou modernizados (RAMOS, 2011).

Passaremos, agora, a fazer uma análise do PAEMB, focando basicamente nos principais meios do PN que possam ser empregados em uma OpHum. Dentre as ações previstas para serem desenvolvidas em curto prazo teremos a continuação da modernização e revitalização de alguns meios navais, de forma a manter a capacidade hoje existente, dentre os quais destacamos as Fragatas da classe *Greenhalgh*, as Corvetas da Classe Inhaúma, e os navios Ceará e Mattoso Maia.

Ainda nas ações de curto prazo, contamos com a previsão do início do Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), este dependendo de autorização governamental. Neste programa está prevista a construção em estaleiros nacionais de navios escoltas com cerca de 6.000 ton, sendo o tempo médio de construção de cinco anos; navios patrulha oceânicos de 1.800 ton, com características semelhantes aos BAM da Marinha espanhola; e a construção de navios de apoio logístico com um tempo médio de construção de

três anos. Qualquer outra aquisição que possa ocorrer somente será possível por compra de oportunidade.

Quando verificamos os meios de Fuzileiros Navais, as ações previstas em curto prazo são a de recompletamento de pessoal da FFE, possibilitando com maior facilidade atender os requisitos de prontidão da FER; e a implantação do núcleo da 2ª FFE (GUIMARÃES, 2011), atendendo, desta forma, à determinação da END para o posicionamento de uma 2ª Esquadra no litoral da região do N/NE (BRASIL, 2008c, p. 50). Contudo, por ser um núcleo, não terá valor militar para constituir nenhum GptOpFuzNav.

Já quanto aos meios aeronavais temos como ações de curto prazo a previsão do recebimento de nove helicópteros UH-15 (Super Cougar), ampliando a capacidade de transporte de material e pessoal, no caso de emprego em uma OpHum (RAMOS, 2011).

E, também destacamos a aquisição no corrente ano de quatro células da aeronave S-2 E/G Turbo Tracker que proporcionará a capacidade de abastecimento em voo e transporte administrativo, operando a partir do NAe. Esta aeronave após sua entrega prevista para 2015 aumentará a capacidade do NAe São Paulo em apoiar uma OpHum.

Como podemos observar, em curto prazo o PAEMB não trará grandes modificações nos meios do Poder Naval, desse modo não teremos significativa mudança da capacidade física de atuação no entorno estratégico. Continuaremos com o problema do tempo de resposta de nosso PN fator este crucial em uma OpHum. Mas não podemos esquecer que dispomos de navios escoltas com capacidade de pronta resposta apesar da limitada aptidão para o apoio em uma ajuda humanitária.

Ao passarmos a analisar as ações planejadas no PAEMB para serem desenvolvidas em médio prazo, veremos que os meios navais começaram a apresentar significativas mudanças em sua capacidade, principalmente início do recebimento dos meios construídos pelo PROSUPER e por novas aquisições que abordamos nas próximas linhas.

A primeira aquisição merecedora de destaque é a de dois Navios de Propósitos Múltiplos (NPM). Estes navios majorarão a capacidade anfíbia do PN, possibilitando o emprego no regime de *deployment* de um GptOpFuzNav no valor ElmAnf (RAMOS, 2011).

Estes navios, por suas características podem realizar diversos tipos de tarefas dentre as quais a OpHum, tendo capacidade de comando controle, grande capacidade de transporte de material e pessoal, capacidade de desembarque por embarcações ou por helicópteros, e possibilidade de ser usado como NRTB. Navios similares são empregados na MEU norte-americana e estão sendo adquiridos pela Marinha australiana por oportunidade e construção, visando a ampliar sua capacidade anfíbia.

Como já mencionado, estão previstos o recebimento das primeiras unidades dos navios escoltas e dos navios patrulha oceânicos de 1.800 ton, conforme o PROSUPER. Os navios escoltas complementarão as Fragatas, hoje comissionadas, no desempenho de suas tarefas. E os navios patrulha complementarão as atividades das corvetas hoje na ativa.

Mas não podemos deixar de mencionar a previsão do recebimento de dois Navios Transporte de Apoio e de dois Navios de Apoio Logístico, que ampliarão a capacidade de transporte de material e pessoal, permitindo um maior tempo de permanência da força na área de operações (RAMOS, 2011).

Quanto aos meios de Fuzileiros Navais, as ações em médio prazo darão continuidade ao processo de recompletamento de pessoal da FFE, e da implantação do núcleo da 2ª FFE. E, tendo também a previsão da ativação do 4º Batalhão de Infantaria na FFE, sediada no Rio de Janeiro. Todas estas ações contribuirão para o aumentando da flexibilidade de pessoal para o pronto guarnecimento da FER (GUIMARÃES, 2011).

Podendo sem maiores dificuldades ser a FER empregada, tendo sempre um efetivo valor ElmAnf operando em regime de *deployment*, capaz de prontamente responder a uma solicitação de ajuda humanitária. Esta forma de emprego possibilitará, também, a

implementação com países amigos de um programa de exercícios, principalmente na região da América do Sul, possibilitando estreitar os laços de amizade e melhorar a coordenação no caso de necessidade de emprego real.

Para os meios aeronavais destacamos que neste período está previsto o recebimento de mais seis helicópteros UH-15 (Super Cougar), e uma série de outras aeronaves com características compatíveis com as utilizadas em uma OpHum. Dentre as quais enfatizamos as aeronaves de vigilância marítima e os VANT, que poderão da mesma forma que os P-3 Orion norte-americanos, empregados na Indonésia, realizar reconhecimento aéreo na área afetada por uma catástrofe natural (RAMOS, 2011).

Observamos que o PAEMB no médio prazo apresenta significativas alterações nos componentes do Poder Naval, de modo a permitir a adoção de medidas que podem resultar na diminuição do tempo de resposta a uma crise humanitária, como o regime do *deployment*, com a participação de um ElmAnf a bordo. Este *deployment* teria capacidade de desenvolver ações em todo o entorno estratégico, devendo, no entanto ser priorizado a região da América do Sul.

Por último, ao analisarmos as ações previstas no PAEMB para longo prazo, observamos que é importante dizer que mesmo tendo sido atribuído a moldura temporal até 2030, algumas das ações previstas têm previsão de ocorrerem após esta data limite.

Para os meios navais neste período temos a previsão de aquisição de uma grande quantidade de meios, de modo a mobiliar a 2ª Esquadra, prevista para ser sediada no litoral N/NE brasileiro. Dentre os principais meios que serão adquiridos com reconhecida capacidade de operar em OpHum realçamos a aquisição de um NAe até 2030, que substituirá o NAe São Paulo e mais um a partir de 2030 (RAMOS, 2011).

Não custa mencionarmos que a presença na área de operações de um navio desta classe pode representar a capacidade de salvar inúmeras vidas, como também representar a

vontade do país em participar ativamente do processo em andamento. E, também auxiliará no objetivo de aumentar a esfera de influência do Brasil em seu entorno estratégico.

Também está programada a aquisição de mais duas unidades de NPM ampliando a capacidade anfíbia do PN. Sendo que um deles será designado para a 2ª Esquadra, possibilitando o rápido emprego dos meios de Fuzileiros Navais da 2ª FFE. Estes novos meios contribuirão para a consolidação do emprego em forma de *deployment* de um GptOpFuzNav no valor ElmAnf.

Entre outras aquisições de meios navais na moldura temporal de longo prazo temos previsto, ainda, o recebimento de mais algumas unidades de navios escoltas, a aquisição de dois Navios de Apoio Logístico e duas unidades de Navio-Transporte de Apoio, visando principalmente a compor os meios da a 2ª Esquadra. Todos esses meios apresentando características importantes para o emprego em uma OpHum.

Mas, dentre os meios navais a serem adquiridos neste período destacamos a aquisição de um Navio Hospital, possibilitando à MB num regime de *deployment* levar a presença do Estado brasileiro às regiões necessitadas existentes no espaço geográfico delimitado pelo entorno estratégico. Procedimento este adotado pelo EUA com o emprego de seus navios hospitalares o *USNS Comfort* e o *USNS Mercy*. Este meio também proporcionará um incremento da capacidade da MB em apoiar as ações, em melhores condições, de resgate das vítimas de uma catástrofe natural.

No período de longo prazo as ações previstas para os meios de Fuzileiros Navais ampliam a capacidade de prontidão da FER da FFE, e consolida a ativação de um batalhão de infantaria na 2ª FFE. Porém, ao final deste período será possível estabelecer uma FER nível ElmAnf, na área da 2ª FFE (GUIMARÃES, 2011). Estas ações combinadas com as aquisições previstas para os meios navais corroborarão a viabilização da forma de emprego da FER sob forma de *deployment*.

Os meios aeronavais adquiridos durante as ações previstas de longo prazo no PAEMB irão atender, principalmente, a demanda da 2ª Esquadra. Dentre os meios a serem adquiridos citamos os helicópteros de múltiplo uso, os aviões de vigilância marítima e os VANT, que por suas características podem ser utilizados em proveito das OpHum.

Ao final deste período a MB estará chegando à fase final do PAEMB, e com certeza teremos um PN equilibrado, balanceado e moderno, com envergadura para dissuadir agressões e promover soluções pacíficas. E como atividade secundária estará em condições de realizar operações de paz, humanitárias e evacuação de não-combatentes.

Após as ações desenvolvidas no decorrer do PAEMB, o PN terá condições atuar de forma mais presente em todo o espaço geográfico delimitado pelo entorno estratégico. O emprego de um escalão da FER no conceito de *deployment* e a redistribuição dos meios com a ativação da 2ª Esquadra e da 2ª FFE, possibilitarão a redução do tempo de reação do Brasil em responder à solicitação de ajuda humanitária. E permitirá que sejam programados exercícios em conjunto com países amigos, com o propósito de estreitar os laços de amizade e melhorar a coordenação das ações quando for necessário realmente.

Desta forma, em 2030 a MB estará melhor preparada para cumprir suas tarefas constitucionais, dando o respaldo militar com as características do Poder Naval às aspirações da política externa brasileira. Além de contribuir para a estabilidade e o progresso da região, em especial da América do Sul.

6 CONCLUSÃO

Sem a pretensão de ser uma opinião definitiva sobre o assunto, o presente trabalho apresentou as possibilidades de emprego da MB em uma OpHum, no espaço geográfico delimitado pelo entorno estratégico, entorno este definido a partir da política externa brasileira, e materializado no âmbito da defesa pela PDN.

E é inegável que a nova ordem mundial traz a reboque o surgimento de novas ameaças causadas pela competição de recursos, pelo crescimento da população e pelo crescimento do extremismo. Dentre as novas ameaças consideramos a catástrofe natural a de maior probabilidade de ocorrência, cabendo às FA brasileiras estarem em condições de responder prontamente, principalmente com sua capacidade de comando e controle, transporte, logística e segurança.

Neste cenário não podemos nos furtar de mencionar que a participação da comunidade internacional vem sendo incrementada, sob a coordenação das Organizações Internacionais, como a ONU, OEA e UNASUL, sendo que a busca da cooperação entre os países têm sido o foco destas organizações, coordenando os esforços e diminuindo as interferências nas ações a serem desenvolvidas.

O Brasil, ao aspirar ser um *global player*, deverá buscar assumir um papel mais importante nos fóruns das organizações internacionais, representando, principalmente os países da comunidade em seu entorno. O papel de *global player* trará consigo obrigações para as quais as FA deverão estar preparadas respaldando a política externa brasileira e atendendo aos anseios dos países em seu entorno estratégico. Principalmente, na área de atuação da UNASUL, onde o Brasil será convocado a conduzir as ações de cooperação entre os Estados para fazer frente a uma ameaça.

Para tal, no campo das normas legais em vigor no Brasil podemos dizer que as FA brasileiras têm o respaldo necessário para atuarem em uma OpHum, necessitando que sejam

elaborados acordos bilaterais ou tenha sua atuação inserida sob a égide de uma organização internacional. No momento da assinatura dos acordos de ajuda humanitária devem observados os fatos de interesse das FA, prevenindo assim a possibilidade de ocorrência de caso fortuito que comprometa o resultado final da OpHum. Para tal, na *Oslo Guidelines*, em seu anexo, tem uma proposta de acordo bilateral, a qual a ONU sugere que seus Estados-membros utilizem.

De modo a facilitar o planejamento das forças e orientar as negociações quando da assinatura de um acordo bilateral há a necessidade de um documento orientador das ações iniciais a serem desempenhadas na resposta a uma crise humanitária internacional. Este documento a princípio deve ser emanado do Governo Central, a similaridade com o Canadá e a Austrália, servindo como referencial para o MRE e para o MD. Dentro da esfera da defesa as FA passariam a dispor de parâmetros iniciais para o seu planejamento.

Doutrinariamente falando, vimos que a MB dispõe de todas as ferramentas necessárias para realizar os tipos de operações que ocorrem durante o desenvolvimento de uma OpHum, sendo detalhadas e abordadas pelo acervo das publicações internas existentes. Sendo assim, podemos concluir que a MB não necessita desenvolver uma doutrina específica para realizar OpHum.

Mas no decorrer desta monografia, também vimos que muitas das lições aprendidas devem ser consideradas e estudadas, visando permitir aprimorar ainda mais a eficácia do emprego do PN em uma OpHum.

Com este enfoque temos a importante consideração levantada durante a ação do EUA no Haiti, quanto ao custo de operação de uma força naval realizando uma OpHum, em comparação a uma tropa terrestre dependente de toda uma logística aérea. Nesta consideração podemos concluir que baixo custo de operação aliado à flexibilidade de poder realizar o apoio a partir do mar, conferem ao PN uma considerável vantagem para seu emprego em OpHum. Principalmente, considerando quando esta for realizada próximo ao litoral, nos espaços

geográficos mais distantes do entorno estratégico, como nos países limítrofes da África.

Como é de nosso conhecimento nos momentos iniciais de uma OpHum as operações aéreas são de grande importância devido à sua flexibilidade de emprego e à capacidade de acessar posições isoladas. Mas, ao encontrarmos uma área de operações com sua infraestrutura colapsada, a possibilidade de dispor de uma força naval com capacidade de prover o apoio aéreo a partir do mar é de fundamental importância para o sucesso da operação. Isto permite inclusive que o apoio seja realizado sem a dependência da infraestrutura de terra, e possibilitando salvaguardar a tropa das intempéries provenientes do ambiente colapsado após um desastre natural.

A constituição de um centro de operações civis-militares deve ser considerada como de suma importância para o sucesso de uma OpHum, pois evita interferências mútuas e permite a sinergia dos esforços. Onde concluímos que a MB deverá estar em condições de montar este centro, dispondo de pessoas com habilidade de tratar com civis, políticos de governos, organizações internacionais e ONG. Para tal deverá a MB a nível Força dispor de grupos de assuntos civis, que servirão como núcleo desses centros quando ativados em uma crise humanitária.

E na análise que realizamos sobre os componentes do PN quanto à capacidade de realizar um OpHum no entorno estratégico, concluímos que o tempo de resposta no cenário de uma catástrofe natural é, hoje, um dos fatores de fraqueza da MB. Fato este devido à concentração dos meios, na área do Rio de Janeiro, e a imensidão de nosso território, requerendo desta forma um grande tempo de deslocamento até os pontos mais extremos do entorno estratégico.

Apesar deste fator de fraqueza, a MB hoje dispõe de meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais necessários para realizar uma OpHum. Mas, para minimizar o tempo de reação sugerimos o envio de um navio escolta assim que for aprovada a participação do Brasil

na ação humanitária a ser desenvolvida. Isto permitirá maior visibilidade da bandeira, como auxiliará nas atividades de coordenação da chegada dos demais meios a serem enviados.

Porém, não devemos esquecer que esta classe de navio possui capacidade de comando e controle e de apoio logístico podendo contribuir nos momentos iniciais, mostrando claramente o desejo do Brasil em participar das ações a serem desenvolvidas.

Em nossa análise do PAEMB verificamos que a MB prepara-se para, em 2030, ter um PN equilibrado, balanceado e moderno, com envergadura para dissuadir agressões e promover soluções pacíficas. E como atividade secundária estará em condições de realizar operações de paz, humanitárias e evacuação de não-combatentes.

Mas, no período de curto prazo, até 2014, as ações desenvolvidas não alterarão a capacidade do PN em atuar no espaço geográfico delimitado pelo entorno estratégico. Sendo assim, persistirá o fator de fraqueza do tempo de resposta para uma crise humanitária. Por isso a recomendação do emprego imediato de um navio escolta ainda é pertinente neste período.

Já no médio prazo, de 2015 a 2022, as aquisições empreendidas possibilitarão ao PN participar de forma mais presente no entorno estratégico, principalmente no espaço geográfico da América do Sul. Dentre estas aquisições destacamos os NPM, os Navios de Transporte de Apoio e os de Apoio Logístico que muito contribuirão com a capacidade do PN em atuar em OpHum.

Com as aquisições nesse período do planejamento, concluímos que a FER deva ser escalonada em seu emprego, tendo sob a forma de *deployment* um ElAnf, permitindo diminuir o tempo de resposta no atendimento ao pedido de ajuda humanitária, devendo concentrar as ações na região da América do Sul. Tal procedimento não dispensará a possibilidade do envio de um escalão avançado composto de navios escoltas, como recomendado anteriormente.

E, finalmente, no longo prazo os componentes do PN disporão de meios

necessários para o amplo emprego em todo o entorno estratégico. As incorporações de novos meios e a nova distribuição de meios com a criação da 2ª Esquadra e da 2ª FFE possibilitarão que o fator de fraqueza do tempo de resposta deixe de existir. Porém, nesta fase do PAEMB devemos destacar a aquisição do Navio Hospital, possibilitando um apoio de assistência humanitária em regiões carentes na área de interesse da MB.

Desta vez as aquisições contribuem para consolidar o emprego escalonado da FER, com um ElmAnf sob a forma de *deployment*, sendo que devido a uma disponibilidade maior de meios será possível estender esta atuação para todo o espaço geográfico delimitado pelo entorno estratégico. Mas o grande diferencial, neste momento, será o emprego do Navio Hospital que recomendamos ser sob a forma de *deployment*, possibilitando tornar efetiva a presença brasileira nas áreas de interesse da diplomacia nacional.

Então, podemos dizer que o planejamento em vigor permitirá, em 2030, à MB ser uma marinha moderna e equilibrada, não sendo maior que seu país, mas sendo digna de seu respeito e confiança de que estará sempre pronta para atuar em qualquer parte do entorno estratégico. Respalhando a política externa brasileira ao ter a capacidade de executar os três lados do triângulo do uso do mar, pois, o Brasil não poderá prescindir de uma Marinha pronta e de porte compatível com suas responsabilidades constitucionais.

E talvez agora possamos responder, nem que seja parcialmente, à pergunta formulada anteriormente. Como convencer a sociedade da necessidade de investir na defesa do Estado, se ela mesma não reconhece nenhuma ameaça externa? Talvez devêssemos mostrar o que interessa à sociedade, para que possamos conquistar o que necessitamos. Ou seja, devemos mostrar e divulgar para a sociedade a capacidade de realizarmos ações humanitárias, e divulgar que para podermos mantê-las e ampliá-las há necessidade de recursos orçamentários.

Apesar de esta monografia, ao apresentar o estudo sobre OpHum, em nenhum

momento teve o propósito de considerar que uma ação secundária deve ter maior destaque. Pelo contrário, utilizar como locomotiva uma atividade secundária não garantirá à MB o aprestamento dos componentes do Poder Naval para realizar todas as atividades previstas no amplo espectro de conflitos. Mas, ao contrário, estar pronto para sua atividade principal a capacitará para realizar todas as ações secundárias necessitando apenas pequenos ajustes de procedimentos.

Afinal, quem pode mais, pode menos.

REFERÊNCIAS

AUSTRÁLIA. Australian Defence Force. **Future Maritime Operating Concept – FMOOC 2025** – Maritime Force Projection and Control. Sidney, 2010. Disponível em: http://www.navy.gov.au/w/images/FMOOC_2025_Unclassified.pdf. Acessado em: 17/06/2011.

_____. Department of Defence. **Defence White Paper 2009** – Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030. Sidney, 2009. Disponível em: http://www.defence.gov.au/whitepaper/docs/defence_white_paper_2009.pdf. Acessado em: 17/06/2011.

BRASIL. Centro de Comunicação Social da Marinha. **NOMAR nº 827**. Brasília, DF, 2011a.

_____. _____. **NOMAR nº 828**. Brasília, DF, 2011b.

_____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. _____. **CGCFN-1-11: Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2008a.

_____. _____. **CGCFN-1-13: Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2008b.

_____. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. 1.rev. Brasília, DF, 2004.

_____. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. **Decreto nº 7.436, de 03 de fevereiro de 2011**. Altera a Redação dos Artigos 8º, 9º, 11, 12 e 13 da Estrutura Regimental do MD. Brasília, DF, 2011c. Disponível em: <http://vlex.com/vid/gratifica-confian-267906146>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. **Lei nº 12.340/2010, de 1º de dezembro de 2010** - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <http://www.lei.direto.com.br/lei-12340.html>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. **Lei Complementar nº 97/1999, de 9 de junho de 1999** - Aprova as Normas Gerais para a Organização, o Preparo e o Empregos das Forças Armadas. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103941/lei-das-forcas-armadas-lei-complementar-97-99>. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. Ministério da Defesa. **MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf. Acesso em: 11 mar. 2011.

_____. _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2008. Disponível em:

https://www1.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf

CANADÁ. **Canada First Defence Strategy**. Ottawa, Ontário, 2006. Disponível em: http://www.forces.gc.ca/site/pri/first-premier/June18_0910_CFDS_english_low-res.pdf. Acessado em: 25/05/2011.

_____. **O Canadá e as Américas** – Prioridades e Progressos. Ottawa, Ontário, 2009. Disponível em: <http://www.international.gc.ca/americas-ameriques/assets/pdfs/Report2009-por.pdf>. Acessado em: 25/05/2011.

_____. Canadian Expeditionary Force Command. **CEFCOM CONPLAN 20855/10** – CEFCOM Humanitarian operations Contingency Plan. Ottawa, Ontário, 2010. Documento disponibilizado pelo Oficial de Ligação Canadense no SOUTHCOM para o email do autor.

_____. _____. **Canadian Forces Support to Relief Efforts in Southern United States**. Ottawa, Ontário, 2005. Disponível em: http://www.international.gc.ca/americas-ameriques/priorities_progress-priorites_progres-Spa-Por.aspx?lang=fra. Acessado em: 21/06/2011.

DALY, Charles Mj. **Humanitarian Assistance and Disaster Relief Communications for the 21st Century**. Naval War College, Newport, Rhode Island, 2007. Disponível em: www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA470757. Acesso em: 26/06/2011.

ELLEMAN, Bruce A. **Waves of Hope: The U.S. Navy's Response to the Tsunami in Northern Indonesia**. Naval War College Press, Newport, Rhode Island, 2007.

ESPAÑA, Consejo de Defensa Nacional. **Directiva de Defensa Nacional 01/2008**. Madrid, 2008.

_____. **Revista Atenea**. Navantia bota el “P-41 Meteor”, el primer BAM de la Armada. Madri, 2009. Disponível no endereço: http://www.revistatenea.es/RevistaAtenea/REVISTA/articulos/GestionsNoticias_1013_ESP.asp. Acessado em: 28/06/2011.

EUA. Department of Defense. **The National Military Strategy of the United States of America 2011** – Redefining America's Military Leadership. Washington, D.C., 2011a.

_____. _____. **Directive DoDD 3000.05** – Military Support for Stability, Security, Transition and Reconstruction (SSTR) Operations, Washington, D.C., 2005.

_____. _____. **A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower**, Washington, D.C., 2007a.

_____. _____. United States Southern Command. **Command Strategy for 2020** – Partnership for the Americas. Miami, FL., 2010a.

_____. _____. United States Southern Command. **FAHUM Exercise prepares Region for Disaster Responses**. Miami, FL., 2011b. Disponível em: <http://www.southcom.mil/AppsSC/news.php?storyId=1674>. Acessado em: 17/03/2011.

_____. Naval Doctrine Command. **HA Multiservice Procedures for Humanitarian Assistance Operations**. Norfolk, Virginia, 1994.

_____. Naval Sea Systems Command. **S0800-AC-RPT-010 - U.S. Navy Salvage Report Hurricanes Katrina and Rita**. Editado por ROH Incorporated, 2007b.

_____. US Marines Corps. Center for Lessons Learner. **Civil Military Operations Center (CMOC) in Humanitarian Assistance/Disaster Relief (HA/DR)**. Editado por ISAF/ NATO/BRA/ISR/JPN/SGP/KOR. Quantico, Virginia, 2008.

_____. _____. **Humanitarian Assistance/Disaster Relief Lessons from a Hurricane**. Editado por ISAF/ NATO/BRA/ISR/JPN/SGP/KOR. Quantico, Virginia, 2006.

_____. _____. **Humanitarian Assistance/Disaster Relief Operation Unified Response Haiti Earthquake 12 January 2010**. Editado por ISAF/ NATO/BRA. Quantico, Virginia, 2010b.

EUROPEAN. DG Humanitarian Aid. **Annual Review 2008**. Bruxelas, Bélgica, 2010.

GROVE, Eric. **The future of sea power**. Annapolis: Naval Institute Press, 1990.

GUIMARÃES, Marco Antonio Corrêa. Palestra ministrada para os Oficiais Alunos do Curso de Política Estratégica Marítimas de 2011.

HITSCHFELD, Jorge. **La Guerra del siglo XXI y las Emergencias Complejas**: Revista de Marina 6/2006, p 523 - 532. Santiago, Chile, 2006.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Summary for Policymakers**. Valencia, Spain, 2007. Disponível em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_spm.pdf. Acesso em: 13 mar. 2011.

LARSEN, Jeffrey A; WIRTZ, James J. **Naval Peacekeeping and Humanitarian Operations: stability from the sea**. New York: Routledge, 2009.

MELLO, Celso D. A. **Curso de Direito Internacional Público**. 1ºvol, 15ªed. Rio de Janeiro, 2004.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. Palestra ministrada no Simpósio Amazônia Azul na Escola Naval em 2010a.

_____. Palestra ministrada para os Oficiais Alunos do Curso de Política Estratégica Marítimas de 2010b.

OEA. Secretaria Geral - Conselho Permanente. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. Washington, D.C., 1997. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/carta.htm>. Acesso em: 17/06/2011.

_____. Conselho de Ministros da Defesa das Americas. **Declaração de Santa Cruz de La Sierra**. Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, 2010. Disponível em: Declaração obtida no endereço: https://www.defesa.gov.br/phocadownload/arquivos_resenha/2010-11-30/17.%20

inforel%20-%2030%20nov%2010.pdf. Acessado em 17/06/2011

ONU. United Nations Emergency Relief Coordinator & Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs, Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **Humanitarian Response Review** – August 2005. New York, 2005.

_____. Assembléia Geral. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2011.

PATRIOTA, Antonio A. **Discurso de transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-1>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____. **Discurso na Cerimônia de posse do Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira como Secretário Geral das Relações Exteriores**. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-na-cerimonia-de-posse-do-embaixador-ruy-nunes-pinto-nogueira-como-secretario-geral-das-relacoes-exteriores>. Acesso em: 25 abr. 2011.

PORTUGAL. Marinha de Portugal. **Revista da Armada**. Comando Naval – A Actividade Operacional da Marinha em 2009. Publicação Oficial da Marinha, Periódico Mensal n° 427, Fevereiro 2009. Lisboa, 2009a.

_____. _____. **Emprego de uma Força Naval num exercício de Assistência Humanitária** – Teste de prontidão da PO TG. Publicação Oficial da Marinha, Periódico Mensal n° 428, Março 2009. Lisboa, 2009b.

RAMOS, Arthur Pires. Palestra ministrada para os Oficiais Alunos do Curso de Política Estratégica Marítimas de 2011.

REINO UNIDO. Ministry of Defence. **JWP 3-52 Humanitarian/Disaster Relief Operations**. Shirvenham, Swindon, 2002.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso**. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/853564-leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>. Acesso em: 12 abr. 2011.

_____. **O discurso de Dilma na recepção a Obama**. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/2/19/o-discurso-de-dilma-na-recepcao-a-obama>. Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de formatura da Turma 2009-2011 do Instituto Rio Branco**. Brasília, DF, 2011c. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-dilma-rousseff/discurso-da-presidenta-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-2009-2011-do-instituto-rio-branco>. Acesso em: 04 jul. 2011.

SILVA, José Luiz Corrêa. **O *Deployment* de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, fundamentado na vocação expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais:** implicações e perspectivas para a Marinha do Brasil, Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas - 2010. Rio de Janeiro, 2010

UNASUL. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas.** Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=182&lang=pt. Acesso em: 17/06/2011.

_____. **Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.** Santiago, Chile, 2008b. Disponível em: http://www.cdsunasur.org/index.php?view=article&catid=40%3Aestatuto-cds&id=78%3Aestatuto-cds&format=pdf&option=com_content&Itemid=188&lang=pt. Acesso em: 17/06/2011.

_____. CDS. **Plano de Ação 2010-2011.** Quito, Equador, 2010. Disponível em: http://www.cdsunasur.org/index.php?view=article&catid=47%3Aplan-de-accion&id=333%3Aplan-de-accion-2010-2011&format=pdf&option=com_content&Itemid=261&lang=pt. Acesso em: 17/06/2011.

ANEXO A – TIPOS DE DESASTRES

ANNEX 1A – TYPES OF DISASTER

1. The following disaster types are listed below in more detail (This list is not exhaustive, but rather more illustrative to highlight the potential issues.):

- a. **GEOLOGICAL:** Earthquake, Landslides, Tsunamis and Volcanic Eruption.
- b. **CLIMATIC:** Drought, Flood, Tropical Cyclone, Wildfire.
- c. **MAN-MADE:** Chemical and Industrial Accidents, Mass Population Movement.

GEOLOGICAL HAZARDS

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
Earthquake	a. Location of settlements in seismic areas. b. Rigid structures not resistant to ground motion. c. Dense collections of buildings with high occupancy.	a. Physical damage - damage to key structures and infrastructure. b. Casualties – Often high, particularly near epicentre or in highly populated areas. c. Public Health - Fracture injuries most widespread problem. Secondary threats due to flooding, contaminated water supply, or breakdown in sanitary conditions. d. Water Supply - severe problems likely due to damage to water systems.	a. Hazard mapping. b. Public awareness programmes. c. Assessing reducing structural vulnerability.	a. Earthquake warning and preparedness programmes.	a. Search and rescue. b. Emergency medical assistance. c. Damage needs and assessment survey. d. Relief assistance. e. Emergency provision of food, water & shelter. f. Repair and reconstruction. g. Economic recovery.

JWP 3-52

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
Landslides	<ul style="list-style-type: none"> a. Settlements built on steep slopes, soft soils, and cliff tops. b. Settlements built at the base of steep slopes, on mouths of streams from mountain valleys. c. Roads, communication lines in mountain areas. d. Buildings with weak foundations. e. Buried pipelines, brittle pipes. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Physical damage - anything on top of or in the path of landslide will suffer damage. b. Casualties - Fatalities due to landslide. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Hazard mapping. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Community education. b. Monitoring. c. Warning and evacuation system. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Search and rescue. b. Medical assistance. c. Emergency shelter.
Tsunamis (Seismic Sea Wave)	<ul style="list-style-type: none"> a. Location of settlements in low-lying coastal regions. b. Lack of tsunamis resistant buildings. c. Lack of timely warning systems and evacuation plans. d. Lack of public awareness of destructive forces of tsunamis. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Physical infrastructure damage - resulting from the initial force of water and follow on flooding. b. Casualties and Public Health – deaths principally by drowning and injuries from battering by debris. c. Contamination by salt water and debris or sewerage may make water unpotable. d. Crops and food supplies - Harvest, food stocks, livestock farm implements and fishing boats may be lost. Land may be rendered infertile due to salt-water incursion. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Protection of buildings along coasts; houses on stilts. b. Building barriers such as breakwaters. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Hazard mapping, planning evacuation routes. b. Establish warning systems. c. Community education. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Warning and evacuation. b. Search and rescue. c. Medical assistance. d. Conduct disaster assessment. e. Water supply and purification.

JWP 3-52

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
Volcanic Eruption	<ul style="list-style-type: none"> a. Settlements on the flanks of volcanoes. b. Settlements in historic path of lava flows or mud. c. Structures with roof designs not resistant to ash accumulation. d. Presence of combustible materials. e. Lack of evacuation plan or warning systems. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Settlements, infrastructure and agriculture – Complete destruction of everything in path of pyroclastic, mud and lava flows; collapse of structures under weight of wet ash, flooding, blockage of roads or communication systems. b. Casualties and health - Death from pyroclastic flows, mudflows and possibly lava flows and toxic gases. Injuries from falling rocks, burns, respiratory difficulties from gas or ash. c. Crops and food supplies - Destruction of crops in path of flows, ash may break tree branches, livestock may inhale toxic gas or ash; grazing lands may be contaminated. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Land use planning for settlements around volcanoes. b. Protective structural measures. 	<ul style="list-style-type: none"> a. National volcanic emergency plans. b. Volcano monitoring and warning system. c. Training in search and rescue and firefighting. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Warning and education. b. Medical assistance. c. Search and rescue. d. Provision of food, water and shelter. e. Relocate victims. f. Provide financial assistance.

CLIMATIC HAZARDS

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
Droughts	<ul style="list-style-type: none"> a. Location in an arid area where dry conditions are increased by drought. b. Subsistence farming. c. Lack of seed reserves. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Reduced income of farmers. b. Reduction of spending on agriculture. c. Increase in price of staple foods. d. Increase in inflation rate. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Drought and famine early warning system. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Development of interinstitutional response plan. 	<ul style="list-style-type: none"> a. Measures for maintaining food security; price stabilisation, food subsidies, food distribution.

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
	d. Lack of agricultural inputs to improve yields. e. Area dependent on rainfall weather system. f. Area of low soil moisture retention. g. Lack of resources to cope with drought.	e. Loss of livestock. f. Deterioration of nutritional status. g. Famine, illness and death. h. Reduction in drinking water sources. i. Migration.			b. Develop livestock programme. c. Develop supplementary feeding programme. d. Develop complementary water and health programmes.
Floods	a. Location of settlements on floodplains. b. Lack of awareness of flooding hazard. c. Non-resistant buildings and foundations. d. High risk Infrastructure elements. e. Unprotected food stocks, livestock and standing crops.	a. Physical damage – Structures damaged by washing away, impact by floating debris and collapsing. Landslides from saturated soils. b. Water supplies - Contamination of wells and ground water possible. c. Casualties and public health - Deaths from drowning but few serious injuries. Possible outbreaks of malaria, diarrhoea and viral infections. d. Crops and food supplies – Harvests and food stocks may be lost to inundation.	a. Flood control.	a. Flood detection and warning. b. Development of master plan for floodplain management. c. Floodplain mapping.	a. Search and rescue. b. Medical assistance. c. Disaster assessment. d. Evacuation/relocation. e. Short term food and water supplies. f. Water purification. g. Epidemiological surveillance. h. Temporary shelter
Tropical cyclones	a. Settlements located in low-lying coastal and adjacent areas. b. Poor communications or warning system.	a. Physical damage - Structures lost and damaged by wind force, flooding, storm surge and landslide. b. Casualties and dangers to public health; may be caused by flying	a. Risk assessment and hazard mapping. b. Land usage control and flood plain management.	a. Public warning systems. b. Evacuation plans.	a. Evacuation and emergency shelter. b. Search and rescue. c. Medical assistance.

Formatado: Inglés (EUA)

JWP 3-52

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
	<p>c. Lightweight structures, old construction, poor quality masonry.</p> <p>d. Infrastructure elements, fishing boats and maritime industries.</p>	<p>debris, or flooding. Water contamination may lead to viral outbreaks and malaria.</p> <p>c. Water supplies - Ground water may be contaminated.</p> <p>d. Crops and food supplies –Standing crops, food stocks and tree plantations ruined.</p>	<p>c. Reduction and structural vulnerability.</p> <p>d. Improved vegetation cover.</p>	<p>c. Training and community participation.</p>	<p>d. Water purification.</p> <p>e. Re-establish logistical and communications networks.</p> <p>f. Disaster assessment.</p> <p>g. Provision of seeds for planting.</p>
Wildfire	<p>a. Location of wildfire prone areas.</p> <p>b. Wildfire threat tends to be seasonal.</p> <p>c. Speed of onset may vary depending on the climatic conditions.</p> <p>d. Evacuation of communities may be difficult and dangerous in the face of a major fire front.</p>	<p>a. Effects can be very destructive, especially in loss of buildings, timber and livestock.</p> <p>b. Recovery from the effects on the environment may take several years.</p> <p>c. Public health - effects of smoke and burns</p>	<p>a. Hazard mapping.</p> <p>b. Accurate risk assessment.</p> <p>c. Monitoring and warning systems.</p> <p>d. Fire prevention regulations.</p> <p>e. Seasonal mitigation measures.</p> <p>f. Public awareness programme.</p>	<p>a. Fire-fighting resources.</p> <p>b. Disaster management plan.</p>	<p>a. Provision of fire fighting resources.</p> <p>b. Provision of temporary shelters in safe havens.</p> <p>c. If required the provision of smoke masks.</p> <p>d. Provision of fire spotting transportation.</p> <p>e. Evacuation.</p>

JWP 3-52

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
Chemical and industrial accidents	<p>a. Those persons, structures, livestock, crops and environment closest to the scene of an accident are most vulnerable, large-scale releases of airborne pollutants may spread for hundreds of kilometres.</p> <p>b. Lack of safety features or lack of evacuation plan.</p> <p>c. Unawareness by vulnerable persons of the potential danger.</p>	<p>a. Physical damage - Damage or destruction may occur to structures and infrastructure. Transportation accident damage vehicles and other objects on impact. Industrial fires may be killed or injured and require medical treatment.</p> <p>b. Casualties - Many people may be killed or injured and require medical treatment.</p> <p>c. Environmental - Contamination of the air, water supply, land, animal life may occur.</p>	<p>a. Development of a disaster response plan.</p>	<p>a. Hazard mapping.</p> <p>b. Hazardous materials identification.</p> <p>c. Inspection of chemical plants and storage facilities.</p> <p>d. Monitoring of toxic waste disposal procedures.</p> <p>e. Improve firefighting capacity.</p> <p>f. Monitoring pollution levels.</p> <p>g. Capability to physically contain pollutants.</p> <p>h. Prepare and practice evacuation plans.</p> <p>i. Test warning sirens.</p>	

JWP 3-52

	Factors Contributing to Vulnerability	Typical Adverse Effects	Possible Risk Reduction	Specific Preparedness	Typical Needs Post-Disaster Onset
Mass Population Movement	<p>a. Unwillingness of responsible authorities to take measures to mitigate vulnerability.</p> <p>b. Inability to act to mitigate their own vulnerability.</p> <p>c. Limited or late acknowledgement of their plight by International Community.</p> <p>d. Limited self sufficiency.</p> <p>e. No supporting infrastructure.</p> <p>f. Limited means to generate income and so purchase life-sustaining essentials.</p>	<p>a. Local destabilisation due to:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Overbearing on host infrastructure. • Increased tensions as a result of ethnic imbalances. • Impact on economy and staple food supply. <p>b. Increased mortality rate due to poor food, sanitary and health conditions.</p> <p>c. Malnutrition.</p> <p>d. Secondary diseases as a result of conditions.</p> <p>e. Increasing health requirements with worsening situation.</p>	<p>a. Address causes of population movement.</p> <p>b. Famine early warning system.</p> <p>c. Accurate risk assessment.</p> <p>d. Awareness programmes.</p>	<p>a. Institutional education.</p> <p>b. Community education.</p> <p>c. Monitoring.</p>	<p>a. Emergency shelter.</p> <p>b. Provision of food and water.</p> <p>c. Medical assistance.</p> <p>d. Support to host infrastructure.</p> <p>e. Amelioration of impact on host population.</p> <p>f. Medium-term food security measures.</p> <p>g. Medium-term feeding programme.</p> <p>h. Medium-term water and health programmes</p>

ANEXO B – PRINCÍPIOS ESSENCIAIS PARA AS AÇÕES HUMANITÁRIAS
RESOLUÇÃO 46/182 “Fortalecimento da Coordenação em Assistência Humanitária de
emergência do sistema das Nações Unidas”

- 1) A assistência humanitária é de suma importância para as vítimas dos desastres naturais e outras emergências;
- 2) A assistência humanitária deve ser realizada de acordo com os princípios de humanidade, neutralidade e imparcialidade;
- 3) Respeito à soberania e a integridade territorial, necessitando-se para tanto do consentimento do país afetado;
- 4) O Estado é o primeiro responsável pelo provimento da assistência humanitária, cabendo-lhe a iniciativa, a organização, a coordenação da assistência humanitária;
- 5) Na incapacidade do Estado em prover a assistência humanitária, esta deve ser realizada por uma cooperação internacional sob a forma das leis nacionais e internacionais;
- 6) Os Estados afetados e incapazes de prover assistência humanitária a sua população devem facilitar o trabalho das organizações;
- 7) Os Estados limítrofes aos locais afetados devem ser encorajados a participar dos esforços internacionais, principalmente, permitindo o livre trânsito da assistência;
- 8) Os governos e as instituições intergovernamentais devem adotar medidas de prevenção e preparação de desastres;
- 9) As três fases da assistência humanitária; emergência, reabilitação e desenvolvimento, podem ser cumpridos em sua totalidade;
- 10) Para se lograr êxito na prevenção e na preparação de desastres e emergências é importante o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável;
- 11) As contribuições para assistência humanitária devem ser realizadas mediante os recursos disponíveis que visem à cooperação internacional;

12) Cabe à ONU o papel de liderança e coordenação das ações desenvolvidas para atender a população afetada.

ANEXO C – NOTAS PERTINENTES OSLO GUIDELINES

Guidelines on the use of Foreign Military and Civil Defense Assets in Disaster Relief

1) As forças militares e as de defesa civil que possam estar engajadas ativamente em combates no país afetado ou na região, não devem ser utilizadas nas atividades de suporte das atividades humanitárias;

2) As forças militares estrangeiras e o pessoal da defesa civil envolvidos em missões de assistência humanitária deverão estar desarmados e com seus uniformes nacionais;

3) Os meios das forças militares e de defesa civil poderão ser empregados baseados em acordos bilaterais ou tratados multilaterais. Recomendando que nos casos de acordos bilaterais seja utilizado o modelo de acordo de cobertura dos meios, conforme anexo I da referida diretriz;

4) As OpHum sob a égide da ONU com a participação de forças militares manterá características e natureza civil;

5) Os países provedores de meios das forças militares e de defesa civil para apoiar as OpHum sob a égide da ONU deverão garantir que eles respeitarão o Código de Conduta da ONU e os princípios humanitários;

6) Sob nenhuma circunstância será solicitado que os meios das forças militares e de defesa civil empenhadas em OpHum reforcem operações militares de combate;

7) Sob nenhuma circunstância os meios das forças militares e de defesa civil empenhados em OpHum serão utilizados para proverem a segurança das atividades humanitárias da ONU. Entretanto uma força de segurança separada poder ser utilizada para prover a segurança das atividades humanitárias;

8) As áreas críticas de coordenação em uma OpHum são segurança, logística, saúde, transporte e comunicações, sendo essenciais seu perfeito sincronismo para o sucesso de uma missão humanitária;

9) As organizações militares e de defesa civil estrangeiras empenhadas na OpHum deverão prover-se em todas as suas necessidades de transporte, combustível, comida, água, sanitários, manutenção de seus meios e comunicações;

10) Quando as forças militares tiverem assumido responsabilidade por funções civis vitais de geração de energia, controles aéreos em aeroportos, entrega de água, estas deverão ser transferidas gradativamente para as autoridades civis responsáveis

**ANEXO D – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO SEMINÁRIO
INTERNACIONAL**

“A Participação dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas em caso de Desastres
Naturais”

1. Necessidade de todos os Estados-membros terem um sistema de comunicações por satélite permitindo manter o enlace de comunicações mesmo depois da ocorrência de um desastre natural. Normalmente, os sistemas fixos ficam fora por pelo menos 72 horas após a ocorrência do desastre;

2. As unidades militares envolvidas no apoio às ações humanitárias devem atuar em apoio às autoridades civis, não devendo assumir o controle das ações. Devendo então atuar em complemento, quando são solicitadas ou a situação exigir;

3. Recomenda-se desenvolver um planejamento dos cenários de maior probabilidade de ocorrência, atentando para os principais riscos;

4. Sugere-se que se tenha uma organização especializada em imprensa (comunicação social), pois, a falta de informação em um desastre natural causa ansiedade podendo gerar problemas de falta de controle da população;

5. A ajuda humanitária de ser coordenada e controlada para evitar que haja exagero em alguns recursos e falta de outros;

6. O fluxo logístico de material em uma emergência requer experiência e para tal as FA ou empresas especializadas são as mais recomendadas;

7. Recomenda-se contar com Unidades Navais de transporte logístico, para o traslado de carga de ajuda humanitária; e

8. Verificou-se a importância da utilização de veículos aéreos não tripulados (VANT) e imagens de satélites

ANEXO E – CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES DO 1º JOGO DE GESTÃO DE CRISE

Seminário Internacional, realizado na cidade de Ica – Peru.

- 1) Necessidade de um ponto de contato entre o país afetado e o CDS;
- 2) Necessidade do CDS atuar como órgão centralizador de coordenação;
- 3) Necessidade de dispor de um sistema de comando e controle para atuar em caso de desastre natural;
- 4) Pouca capacidade de atuar em caso de poluição ambiental;
- 5) Pouca capacidade de atuar em caso de incêndios florestais;
- 6) Necessidade de ter em condições um Grupo Tarefa com mobilidade, que permita uma rápida resposta do CDS (hospitais de campanha, aviões e helicópteros);
- 7) Necessidade da declaração do estado de exceção para atuação das FA;
- 8) Necessidade de autorização do país para entrada de FA estrangeiras;
- 9) Regulamentação aduaneira para a entrada de material de ajuda humanitária; e
- 10) Necessidade de uma maior intensificação de atividades que permitam a análise de cenários, a simulação, o treinamento e a realização de jogos de crises

ANEXO F – LIÇÕES APRENDIDAS DURANTE NA CATÁSTROFE DO KATRINA

1. A determinação de um ponto único de contato, o qual seria responsável por transmitir as informações cabíveis para o desenvolvimento das ações. Esta observação é decorrente da situação onde diferentes elementos recebiam diferentes informações, dificultando o planejamento das ações não definindo uma direção única a ser adotada (EUA, 2006, p. 15);

2. A utilização de telefones celulares para comunicação durante um desastre natural fica dependente da capacidade do restabelecimento da cobertura comercial. Já a utilização de equipamentos de comunicações VHF é limitada pela quantidade de meios disponíveis e pela faixa de frequência utilizada. Para isto a solução recomendada seria a utilização de telefone por satélite (EUA, 2007b, p. 5-11);

3. O estabelecimento dos níveis de responsabilidades e da cadeia de autoridade, o mais cedo possível, são decisões importantes para o sucesso das respostas em de todos os colaboradores de uma ajuda humanitária (EUA, 2006, p. 6);

4. O Estado está preparado para responder a uma situação de crise humanitária, quando os planejamentos sejam testados por robustos exercícios e adestramentos com a participação de representantes dos principais órgãos, militares e civis, que, normalmente, estão presentes na real execução da ajuda humanitária (EUA, 2006, p. 7).

5. O estabelecimento de um CMOC permite a coordenação das ações reduzindo atrito e possibilitando uma maior sinergia das ações desenvolvidas pelos militares e pelas as diversas organizações civis (EUA, 2006, p. 9);

6. As atividades desenvolvidas pelas forças do *US Marines Corps* consistiam de operações de resgate e de apoio aos órgãos de segurança pública. As atividades consistiram em limpeza de detritos, reparação de diques, apoio de saúde, operações de reabastecimento e suporte de trabalhos públicos (EUA, 2006, p. 14)

7. A constituição de um grupo para tratar de assuntos civis é importante para implementação das ações de resgate, principalmente, se os componentes forem constituídos de militares acostumados a trabalhar com o stress das lideranças civis (EUA, 2006, p. 19);

8. O Comando da Operação, além das ações realizadas no CMOC, deverá manter a coordenação com os demais órgãos em todos os níveis com a utilização de Oficiais de Ligação (EUA, 2006, p. 21);

9. A MEU é a unidade ideal, devido a sua capacidade e aos seus meios, para o emprego em uma OpHum, principalmente, quando o apoio logístico for baseado no mar. Porém há a necessidade que seja designado um Oficial General como Comandante devido as necessidades de relações de comando.

**ANEXO G – INFORMAÇÕES CRÍTICAS LEVANTADAS NO PLANO DE
CONTIGÊNCIA CANADENSE PARA OPEERAÇÕES HUMANITÁRIAS.**

1. Qual a capacidade do governo do país afetado para efetivamente lidar com a situação?
2. O governo do país afetado está prestativo em aceitar a ajuda da comunidade internacional?
3. Quais são os organismos internacionais que contribuem com os esforços de assistência?
4. Quais são os nossos aliados e outras forças militares que estão contribuindo com o esforço de assistência, e onde estão localizados?
5. Quais os meios aéreos e os marítimos disponíveis para deslocar o grupo tarefa que irá realizar a OpHum?
6. Quais são as representações diplomáticas e de adidos mais próximas da área afetada?
7. Qual a natureza do desastre? E quais as características físicas e os fatores geográficos que poderão impactar na OpHum?
8. Qual a localização, disposição, capacidade e intenção de alguma organização ou grupo que existem na área de operações que poderão afetar a segurança da OpHum?
9. Qual a possibilidade de algum país, organização ou grupo para positivamente ou negativamente influenciar na missão da OpHum?
10. Quais são os riscos à saúde e como podem ser evitados?

**ANEXO H – LIÇÕES APRENDIDAS NA ATUAÇÃO DAS FA NORTE
AMERICANAS QUANDO DO APOIO AO HAITI.**

1. A operação de apoio baseada no mar permitiu grande agilidade e flexibilidade. Com as estruturas portuárias danificadas, a limitada capacidade do operacional do aeroporto e em geral a infraestrutura da cidade colapsada, os movimentos para atendimento a vítima só poderiam ser executados por via aérea, utilizando-se helicópteros ou com o desembarque nas praias, para que áreas de difícil acesso pudessem ser atendidas;

2. Inicialmente a prioridade da operação era o prover água, comida, socorro médico, e suporte a busca e resgate das vítimas. Como a passar do tempo estas prioridades foram se alterando, e as tarefas de prover água, comida e socorro médico foram gradativamente transferidas para ONG ou organizações civis responsáveis;

3. Ter interprete entre as tropas de Marines que fale francês e/ou creole, contribuiu muito para que conseguisse a confiança e a colaboração da população;

4. Aproximadamente, do orçamento do USSOTHCOM para realizar Assistência Humanitária a desastres e Ajuda Civil que era de US\$ 280M foram gastos US\$ 150M com o custeio dos vôos para desdobrar e manter uma divisão do exército americano em Port Au Prince. Enquanto isso para o emprego de duas MEUs no Haiti foram gastos aproximadamente US\$ 6M.

5. Nos momentos iniciais da operação há uma grande demanda por apoio aéreo, o que provoca a necessidade de rapidamente organizar um centro controlador das necessidades;

6. Toda a operação foi conduzida sem grau de sigilo, o que permitiu a participação da mídia nos *briefings*;

7. A OpHum tem o caráter essencialmente logístico. Então para se obter

sucesso neste tipo de operação a Força Tarefa deve ser preponderantemente de caráter logístico.

8. Os veículos utilizados pelos *Marines* eram muito pesados e largos, o que dificultava as operações de apoio nas áreas urbanizadas, com espaços confinados;

9. As aeronaves disponíveis para realizar a missão foram consideradas inapropriadas, pois, causaram alguns problemas nas estruturas improvisadas das vítimas, devido ao vento causado por seus rotores. Ambas as MEU solicitaram que fosse disponibilizado helicópteros médios do tipo CH-46;

10. O acompanhamento das redes sociais, pela internet, nos primeiros momentos permitiu a obtenção em tempo real da situação em diversos pontos do país;

11. O Governo Haitiano não autorizou a utilização de UAV táticos, para solucionar a necessidade de reconhecimento foi empregado o sobrevôo de helicóptero com um *Marine* embarcado, conduzindo um *Global Position System* (GPS) e uma máquina digital;

12. Regras de engajamento e regras de tratamento médico devem ser perfeitamente definidas

13. As operações baseadas no mar dão respaldo à utilização de uma MEU embarcada nos Grupos de Batalha Anfíbios quando realizando uma OpHum próxima ao litoral ou em uma ilha. Pois, suas ações podem se desempenhadas sem a necessidade de recorrer as infraestrutura do país afetado.

APÊNDICE A – ILUSTRAÇÕES

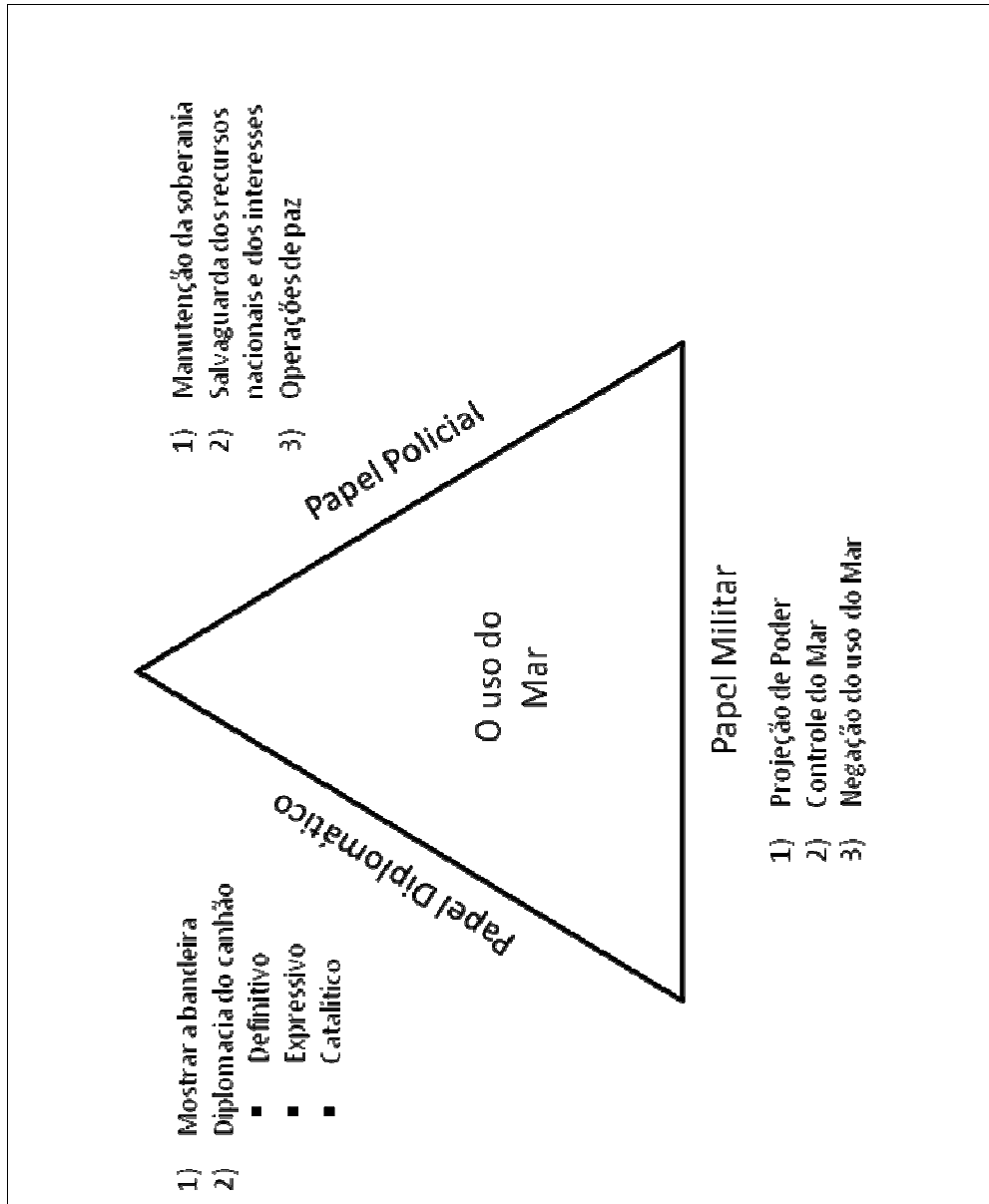


Figura 1 – Triângulo do Uso do Mar
 Fonte: Grove, 1990, p. 234, tradução nossa.



Figura 2 – Entorno Estratégico segundo Nelson Jobim

Fonte: Slide 15 da Palestra do então Ministro Nelson Jobim – Seminário Amazônia Azul/2010. Obtida no endereço www.cgfn.mb.

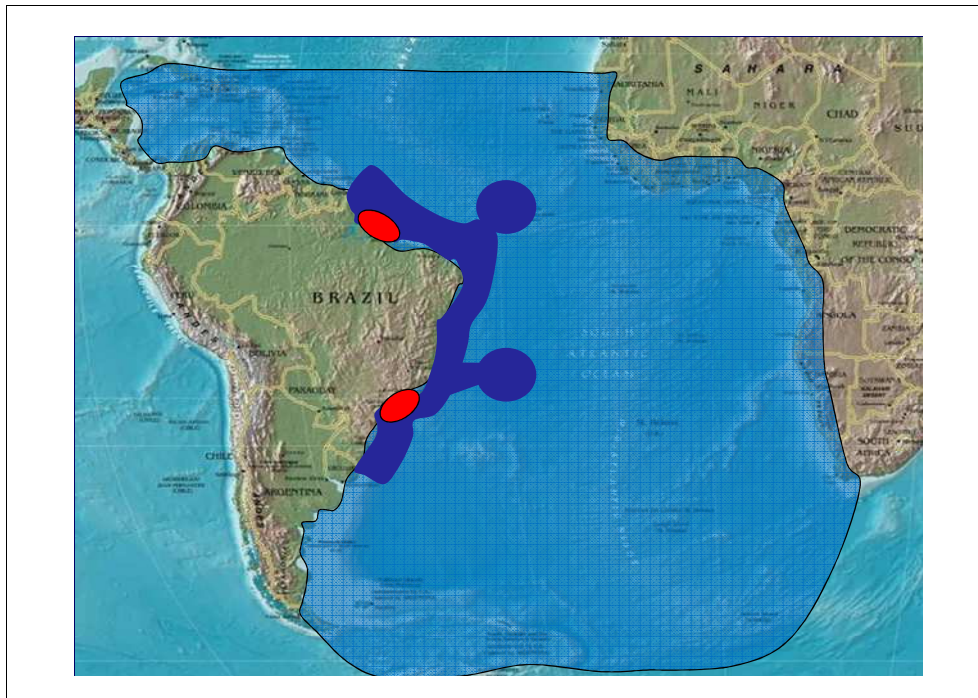


Figura 3 – Entorno Estratégico segundo Alte Monteiro

Fonte: Slide 7 da palestra do AE(FN) Monteiro – Seminário Amazônia Azul/2010. Obtida no endereço www.cgfn.mb.

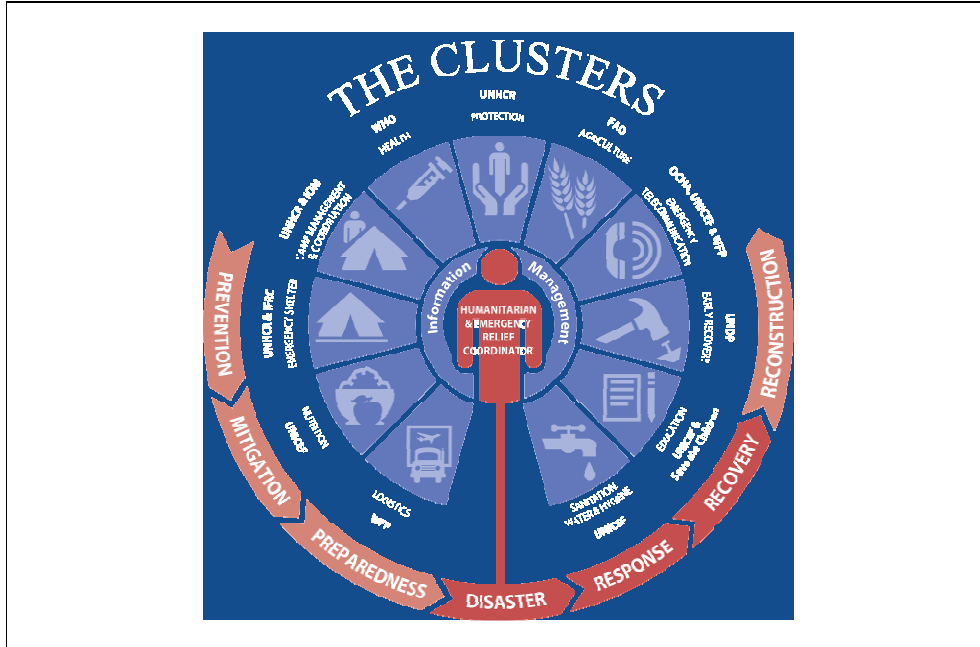


Figura 5 – Coordenação do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários nas fases de uma crise humanitária.
 Fonte: <http://business.un.org/en/documents/6852>

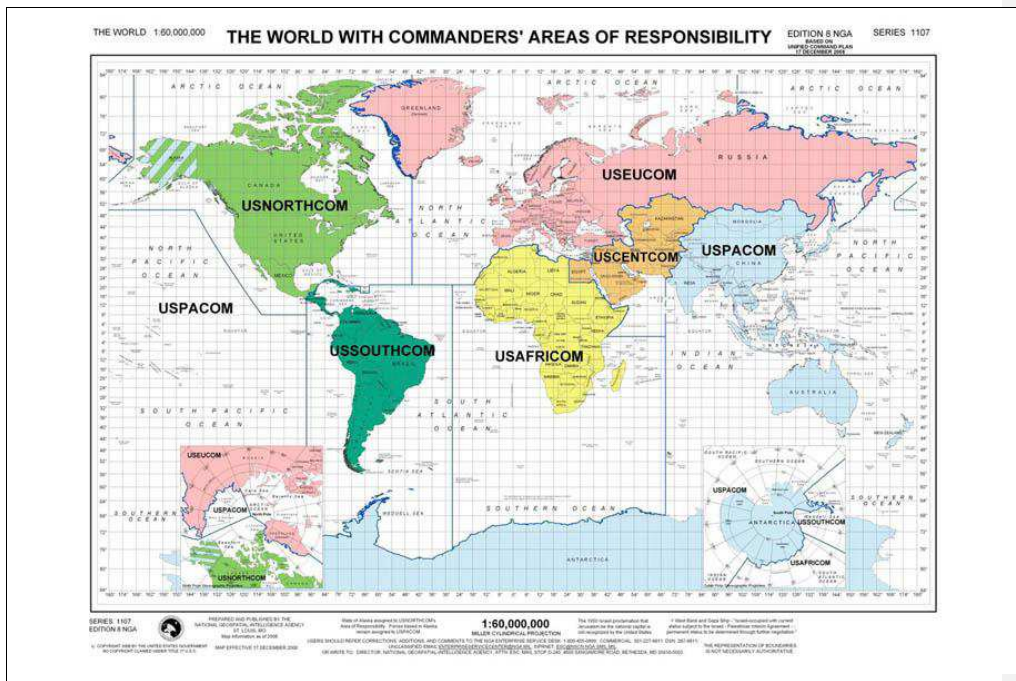


Figura 6 – Áreas de Responsabilidades dos Comandos Militares Norte-Americanos
 Fonte: http://www.defense.gov/home/features/2009/0109_unifiedcommand/

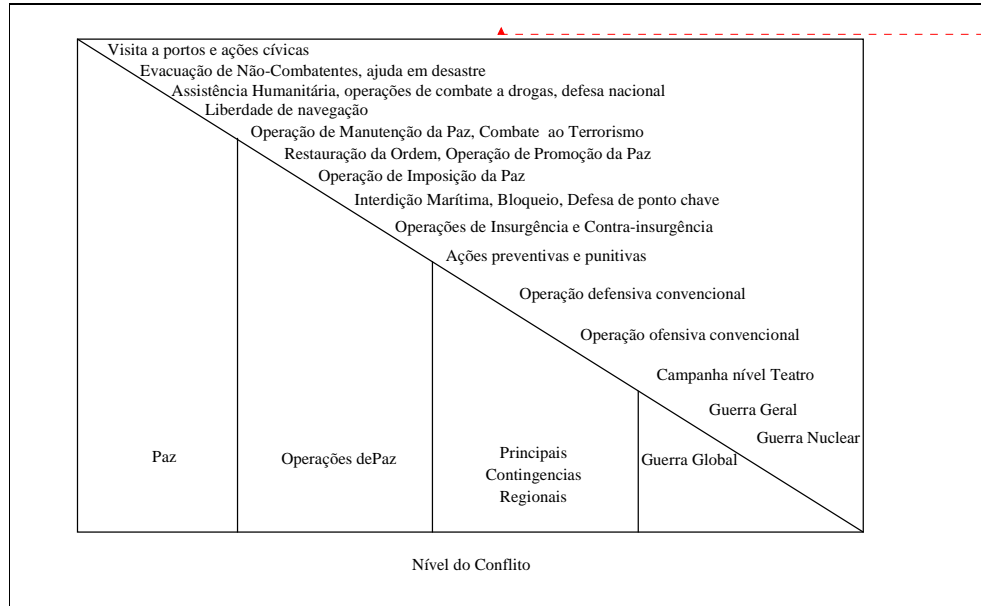


Figura 7 – Diagrama do Espectro do Conflito (tradução nossa)

Fonte: Moran, in Larsen; Wirstz, 2009, p. 14.



Figura 8 – Representação Gráfica das Operações Humanitárias

Fonte: CGCFN – 1-13 – Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.

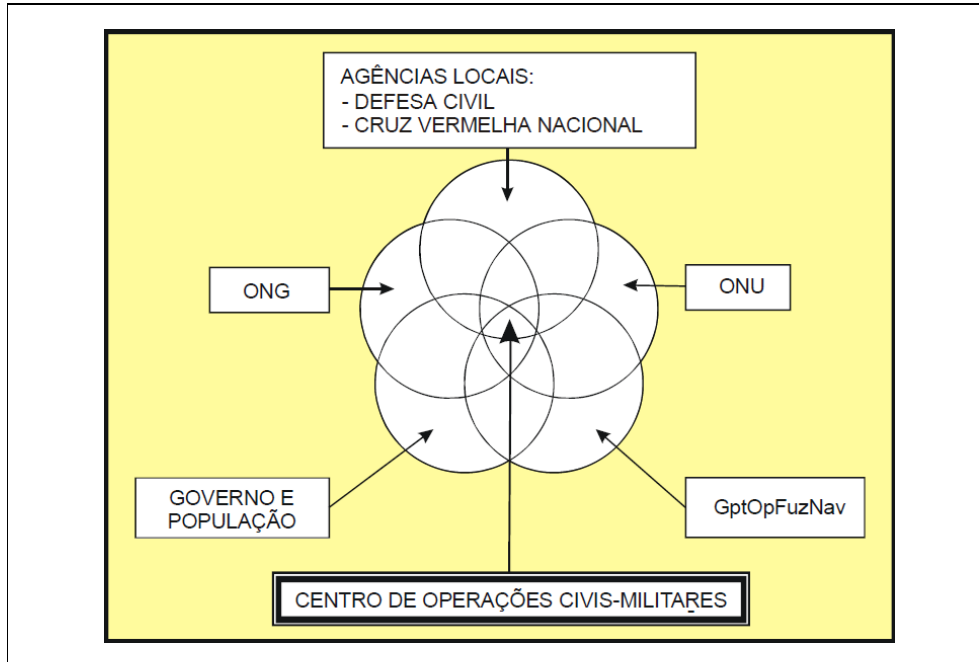


Figura 9 – Representação Gráfica do Centro de Operações Cívico-Militares

Fonte: CGCFN – 1-13 – Manual de Operações Humanitárias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.

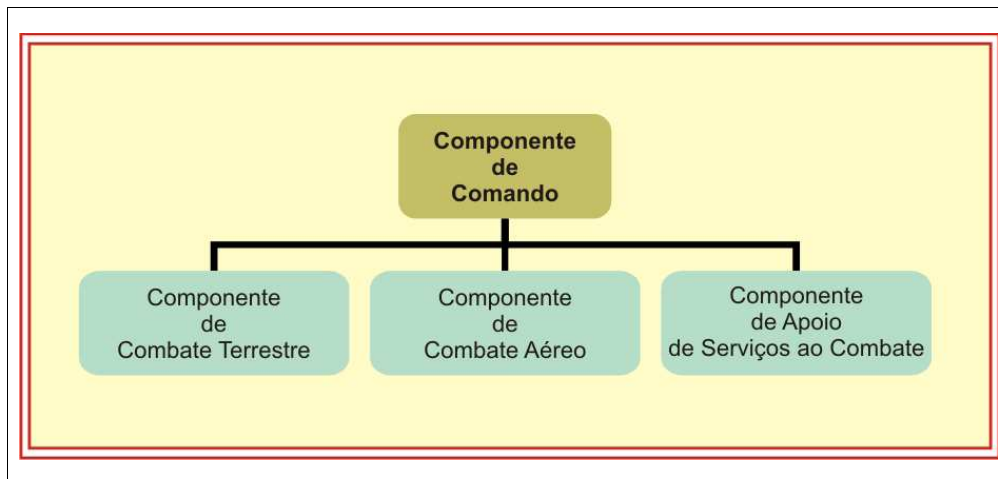


Figura 10 – Organização de um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

Fonte: CGCFN – 0-1 – Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.

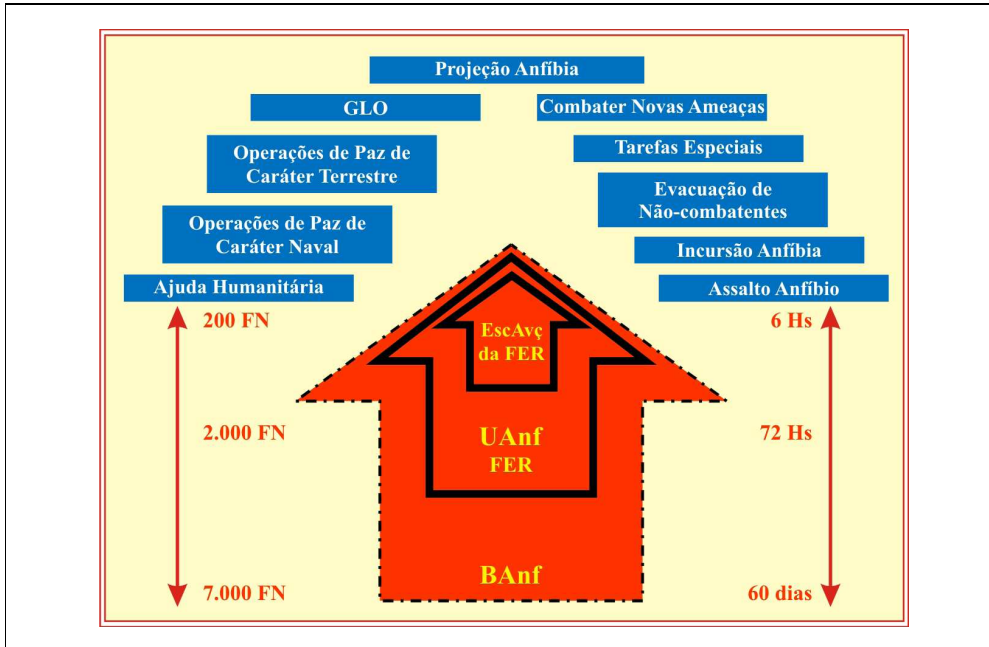


Figura 11 – Forma de emprego de um Grupo Operativo de Fuzileiros Navais
 Fonte: CGCFN – 0-1 – Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais.

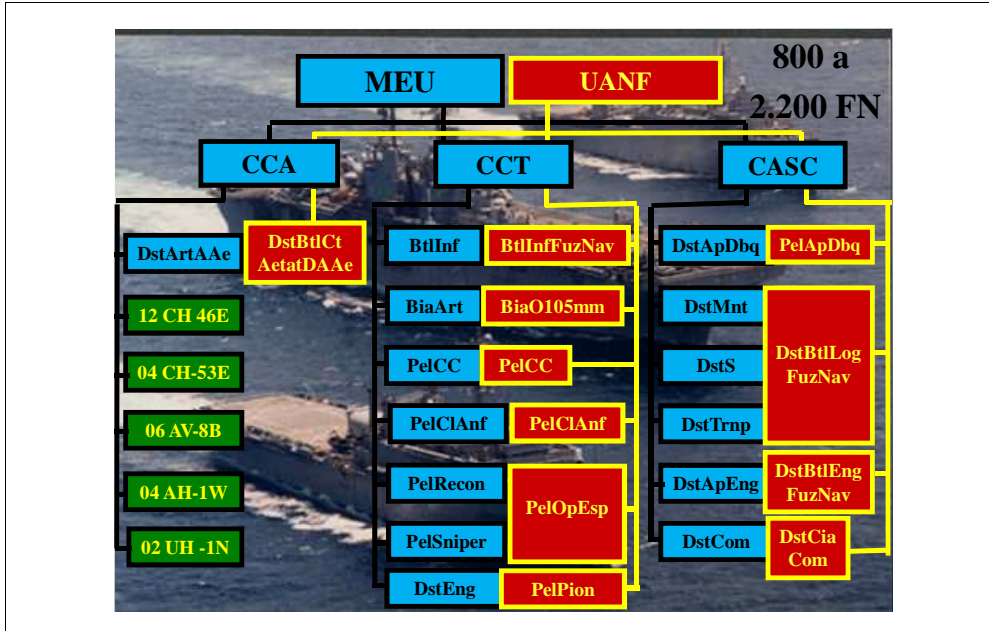


Figura 12 – Organograma comparativo entre a Unidade Anfíbia da Força de Fuzileiros da Esquadra e uma *Marine Expeditionary Unit* norte-americana.
 Fonte: Slide 69 da Palestra proferida pelo Almirante-de-Esquadra(FN) Guimarães, COMGER, para a turma CPEM-2011.

**APÊNDICE B – ASSUNTOS ACOMPANHADOS NAS REUNIÕES DE
COORDENAÇÃO DIÁRIAS NO SOUTHCOM SOBRE O TERREOMOTO NO HAITI**

1. Segurança interna, acompanhando as atividades desenvolvidas pela MINUSTAH⁴⁴, e monitorando a opinião pública haitiana;

2. Situação da infraestrutura, acompanhando o restabelecimento dos serviços básicos de distribuição de água, operacionalidade do aeroporto e operacionalidade do porto;

3. Evolução da situação de saúde, acompanhando a necessidade de suprimentos críticos de saúde e as atividades dos organismos internacionais com vocação para o atendimento de saúde a população;

4. Condições de governabilidade do país, acompanhando as atividades políticas do país, com o propósito de verificar alguma possibilidade de alteração do regime vigente que pudesse provocar alterações internas no país;

5. Migração interna, verificando sempre a possibilidade de deslocamentos em massa da população, que poderiam resultar e um segundo plano numa tentativa de imigração ilegal para os Estados Unidos;

6. Condições climáticas, a preocupação era que as principais atividades de apoio deveriam ser executadas antes do início da estação dos furacões, que castigam muito a região do Caribe, onde o Haiti se encontra;

7. Atividades desenvolvidas pelas agências de ajuda humanitária, mantendo o controle de que áreas ainda não tinham sido atendidas, para que pudessem verificar a possibilidade do atendimento destas áreas pelas forças militares americanas;

8. Noticiário da imprensa, todas as notícias divulgadas na imprensa nacional e internacional eram acompanhadas verificando quais deveriam ser as estratégias de comunicação social a ser adotada; e

⁴⁴ *United Nations Stabilization Mission in Haiti* (MINUSTAH) foi estabelecida em junho de 2004, pela Resolução 152 do Conselho de Segurança da ONU, da qual o Brasil participa desde seu estabelecimento.

9. Atividades e apoio prestados por outros países, de forma a poder controlar e coordenar principalmente as atividades no aeroporto e na região portuária, que nos momentos críticos apresentavam sérias limitações de emprego.